

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 27515025/2025 - SEPROT.USP.ASP**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO**

**1.1 Objeto para a contratação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância humana patrimonial desarmada e vigilância eletrônica monitorada, nas unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC;

**1.2 Especificações técnicas:**

1.2.1 São itens que compõem a contratação:

**Tabela Resumo de Quantitativos de Vigilância Humana e Eletrônica**

<b>Vigilância Humana</b>											
Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantidade								CBO
			SEPROT	SED	SES	HMSJ	SAMA	SDE	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	
1	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de Vigilante 12h Diurno de Seg a Sex - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	1	130	10	3	0	0	144	1.728	5173-30
2	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de Vigilante 12h Diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	29	61	10	5	12	2	119	1.428	5173-30
3	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de Vigilante 12h Noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	29	61	10	5	11	2	118	1.416	5173-30
4	Serviço de segurança e vigilância patrimonial	Posto de Trabalho									5103-

	<b>(Posto Supervisor Diurno - Escala 12x36)</b>		2	5	0	0	0	0	7	84	10
5	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto Supervisor Noturno - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	1	2	0	0	0	0	3	36	5103-10
6	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de atendente de alarme 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	1	5	1	0	0	0	7	84	9513-20
7	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de atendente de alarme 12 horas noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	1	5	1	0	0	0	7	84	9513-20
8	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de Operador de Monitoramento 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	2	0	0	1	0	0	3	36	9513-10
9	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de Operador de Monitoramento 12 horas noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	2	0	0	1	0	0	3	36	9513-10
10	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de controlador de</b>	Posto de Trabalho	1	0	0	0	1	0	2	24	5174-10

	<b>acesso 12 horas diurno de Seg a Sex - Escala 12x36)</b>										
11	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Posto de controlador de acesso 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)</b>	Posto de Trabalho	0	0	0	1	0	0	1	12	5174-10

**Vigilância Eletrônica**

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantidade							
			SEPROT	SED	SES	HMSJ	SAMA	SDE	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
12	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Câmera Tipo I - Interna /Externa)</b>	Unidade	1.077	3654	978	144	200	48	6101	73.212
13	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Câmera Tipo II - (Com Vídeo Analítico de Intrusão)</b>	Unidade	225	980	278	20	56	12	1.571	18.852
14	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Câmera Tipo III - Speed Dome)</b>	Unidade	5	0	0	3	0	0	8	96
15	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(Sensores)</b>	Unidade	896	3.825	1.178	20	98	50	6.067	72.804
16	Serviço de segurança e vigilância patrimonial <b>(vídeo fone)</b>	Unidade	11	198	4	0	0	0	213	2.556

17	Serviço de segurança e vigilância patrimonial  <b>(Cancela com captura e reconhecimento automático de placas veiculares (LPR))</b>	Unidade	7	2	0	4	2	1	16	192
18	Serviço de segurança e vigilância patrimonial  <b>(Controlador de Acesso Facial)</b>	Unidade	73	383	77	20	12	4	569	6.828
19	Serviço de segurança e vigilância patrimonial  <b>(Catraca com Reconhecimento Facial)</b>	Unidade	2	0	0	3	2	0	7	84
20	Serviço de segurança e vigilância patrimonial  <b>(Catraca para Pessoas com deficiência - PNE)</b>	Unidade	1	0	0	1	1	0	3	36

1.2.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns:

1.2.2.1 O Serviço de vigilância humana patrimonial desarmada é caracterizado como serviço comum com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pois enquadram-se na classificação do art. 6º, XVI, da Lei 14.133/2021.

1.2.2.2 O serviço de vigilância eletrônica monitorada é caracterizado como serviço comum com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e serviço comum de engenharia, pois enquadram-se na classificação do art. 6º, XVI e XXI, da Lei 14.133/2021.

1.2.2.3 Elucidamos que o objeto a ser contratado foi classificado como "comum", pois apesar de complexo, seus padrões podem ser objetivamente definidos, conforme previsto no art. 6º, XIV, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2.4 Em complemento, informamos ainda que os itens que compõem o objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois:

1.2.2.4.1 São encontrados no mercado sem maiores dificuldades;

1.2.2.4.2 São ordinários, sem peculiaridades ou características especiais;

1.2.2.4.3 São apresentados com identidade e características padronizadas, passíveis de serem descritos objetivamente.

1.2.3 A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de execução será de 12 (doze) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei no 14.133, de 2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.2.4 O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei no 14.133, de 2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.2.4.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar (27514832).

1.2.4.2 Os custos de relacionados à prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em especial as

férias indenizadas e o 13º salário, entre outros, não serão renováveis após o período de 12 (doze) meses de execução contratual, sendo pagos após este período somente caso ocorram fatos geradores.

1.2.5 No "Anexo I Local e Quantitativos (26593856)": encontram-se dispostas as unidades que serão atendidas, o respectivo endereço e horário de funcionamento administrativo, a quantidade e o tipo de posto de vigilância humana, bem como os quantitativos estimados de equipamentos eletrônicos de segurança e monitoramento utilizados como base do equilíbrio contratual.

1.2.6 Destaque-se ainda que a presente contratação vem alinhada com a Meta 7 do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 8.043/2015, conforme as seguintes estratégias:

1.2.6.1 formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

1.2.6.2 garantir políticas públicas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

### **1.3 DA VIGILÂNCIA HUMANA**

1.3.1 O serviço de vigilância humana consiste na proteção do patrimônio público municipal, tanto às suas instalações prediais, quanto aos bens mobiliários, permanentes e de consumo.

1.3.2 A vigilância humana será composta de Vigilantes e Supervisor de Vigilantes.

1.3.3 A vigilância Humana, independentemente de escalas e/ou turno em que estejam previstos, é constituída de profissionais designados para guarda e preservação do patrimônio sob suas responsabilidades.

1.3.2.1 São atribuições da vigilância humana:

1.3.2.1.1 Inibir as ações de vândalos, impedindo depredações, avarias, roubos, furtos, sinistros e outras ocorrências, bem como zelar pelo patrimônio da CONTRATANTE nas unidades nas quais estejam atuando.

1.3.2.1.2 Realizar a vigilância das dependências de áreas públicas ou privativas da CONTRATANTE, o controle da movimentação de pessoas e cargas, com a finalidade de prevenir, verificar e combater qualquer ação maliciosa contra o patrimônio público;

1.3.2.1.3 A vigilância humana fará uso de câmeras corporais, o que proporcionará maior transparência e segurança nas ações, assegurando um registro confiável das ocorrências.

#### **1.3.3 Tipos de Posto de Vigilantes:**

1.3.3.1 Os tipos de Posto de Vigilante, dispostos no Anexo I Local e Quantitativos (26593856), adotarão as seguintes escalas de trabalho:

1.3.3.1.1 Vigilante 12h Diurno de Segunda-feira a Sexta-feira (Escala 12x36 horas)

1.3.3.1.2 Vigilante 12h Diurno de Segunda-feira a Domingo (Escala 12x36 horas)

1.3.3.1.3 Vigilante 12h Noturno de Segunda-feira a Domingo (Escala 12x36 horas)

#### **1.3.4 Descrição mínima das atividades dos vigilantes, compreendidas e atribuídas por posto de serviço:**

1.3.4.1 Zelar pela segurança patrimonial do local que lhe foi confiado, e atuar pelo cumprimento das leis e regulamentos internos ou administrativos;

1.3.4.2 Exercer vigilância efetuando rondas periódicas por toda a extensão da unidade e suas dependências.

1.3.4.3 Observar a entrada e saída de pessoas ou bens seguindo as normas e orientações internas da gestão de cada unidade ao qual designa-se o posto;

1.3.4.4 Comunicar-se via rádio, telefone ou outros, com a base e/ou fiscal para esclarecer ou informar qualquer situação adversa, incomum, ou suspeita, registrando toda e qualquer fato em livro de ocorrência permanente do posto;

1.3.4.5 Manter postura, polidez, discrição e sigilo profissional;

1.3.4.6 Tomar as medidas necessárias para evitar danos, baseando-se nas circunstâncias observadas e valendo-se da autoridade que lhe é outorgada pelos procedimentos repassados pela gestão de cada unidade ou na falta deste, pelo procedimento comum;

1.3.4.7 Executar outras tarefas compatíveis com a atividade de vigilância patrimonial;

1.3.4.8 Não permanecer em grupos conversando com terceiros;

1.3.4.9 Apresentar-se com o devido asseio e higiene pessoal, uniformizado e identificado, em conformidade com a posição ocupada;

1.3.4.10 Evitar sujeira dentro e em torno das guaritas, recepções e ambientes de trabalho, bem como a utilização de objetos estranhos ao estrito cumprimento do serviço;

1.3.4.11 Portar sempre em lugar visível o crachá de identificação, fornecido pela CONTRATADA;

1.3.4.12 Proibir a saída de bens patrimoniais sem a devida autorização por escrito da gestão de cada unidade;

1.3.4.13 Orientar o vigilante que irá substituí-lo, de todas as restrições existentes no posto, anotadas no livro de ocorrências;

1.3.4.14 Verificar diariamente se estão devidamente fechadas todas as portas, janelas, grades, portões, acessos entre

outros, quando do fechamento parcial ou total de cada unidade durante o período compreendido pelo posto de trabalho ou conforme orientação da gestão de cada unidade;

1.3.4.15 Proibir qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, principalmente os que impliquem ou ofereçam risco à segurança das instalações ou comprometam o regular andamento dos serviços contratados;

1.3.4.16 Executar as rondas diárias, conforme orientação recebida e necessidade da CONTRATANTE, verificando todas as suas dependências e instalações, adotando, quando requerido, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades;

1.3.4.17 Apresentar-se no posto de trabalho 10 (dez) minutos antes da troca do turno de posse dos acessórios necessários para o bom desempenho da função;

1.3.4.18 Receber de maneira polida e educada os visitantes, informando-os e orientando-os sempre que solicitado;

1.3.4.19 Comunicar imediatamente à administração da unidade, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações da Unidade, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão;

1.3.4.20 Propiciar aos portadores de deficiências físicas, preferência de trânsito e acesso aos setores da unidade, quando for o caso;

1.3.4.21 Utilizar-se de equipamentos eletrônicos de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) - quando disponíveis - para auxiliar na vigilância da unidade atendida, de modo a facilitar e melhorar o desempenho dos serviços prestados;

1.3.4.22 O vigilante, não deverá monitorar o espaço sob sua guarda apenas via sistema eletrônico, mas sim, utilizar de tal recurso conjuntamente com suas atividades normais, para melhor atender a função;

1.3.4.23 Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, dentre outros, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

1.3.4.24 Conhecer as atribuições dos postos que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (rádios, telefone, etc) colocados à sua disposição para os serviços;

1.3.4.25 Não tratar de assuntos relacionados ao serviço ou outros, de caráter reservado, com pessoas estranhas ou desconhecidas;

1.3.4.26 Não abandonar seu posto, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicando esse fato, o mais rápido possível, ao superior direto;

1.3.4.27 Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais, avisando imediatamente o fato ocorrido à CONTRATANTE;

1.3.4.28 Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;

1.3.4.29 Manter atualizada a documentação e anotações utilizadas nos postos;

1.3.4.30 Ter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;

1.3.4.31 Manter-se sempre com uma postura correta e condizente com a função desempenhada;

1.3.4.32 Cumprir rigorosamente, os horários e escalas de serviço;

1.3.4.33 As unidades com postos de vigilância humana, deverão ter instalados minimamente 02 buttons para conferência das rondas dos vigilantes;

1.3.4.34 Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da CONTRATANTE, verificando todas as dependências das unidades e adotando os cuidados e providências necessárias para a segurança das instalações;

1.3.4.35 Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Guarda Municipal, Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros Voluntários, CAJ - Companhia Águas de Joinville, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse;

### **1.3.5 Alteração dos horários de trabalho e das trocas de turnos:**

1.3.5.1 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e de acordo com o interesse do serviço, conveniência e oportunidade administrativa, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho dos postos de serviço, desde que não haja acréscimo na carga horária já estabelecida;

1.3.5.2 A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitada, mapa/relatório dos horários de cada posto.

### **1.3.6 Tipos de Postos de Supervisor de Vigilantes:**

1.3.6.1 Os tipos de postos de Supervisor de Vigilantes previstos no Anexo I Local e Quantitativos (26593856), adotarão a relação de 01 Supervisor para cada 40 Vigilantes, nas seguintes escalas de trabalho: (IN 05/2017-SEGES/MP - anexo VI-A, "6"):

1.3.6.1.1 Supervisor Diurno (Escala 12x36 horas);

1.3.6.1.2 Supervisor Noturno (Escala 12x36 horas).

### **1.3.7 Descrição mínima das atividades de supervisor de vigilante, compreendidas e atribuídas por posto de serviço:**

1.3.7.1 Fiscalizar as atividades dos postos de vigilância humana, zelando pela segurança patrimonial e o bem público;

1.3.7.2 Supervisionar e orientar a execução do serviço de vigilância humana, inspecionando periodicamente os postos de vigilância, visando prevenir, detectar e corrigir anormalidades ou solucionar eventuais problemas;

1.3.7.3 Controlar as escalas de trabalho e garantir a continuidade do serviço;

1.3.7.4 Administrar os problemas operacionais dos postos de serviço, tomando as providências necessárias (chegadas tardias, saídas antecipadas, faltas, etc) e caso seja necessário realizar a aplicação de medidas disciplinares.

## **1.4 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA**

1.4.1 O serviço de vigilância eletrônica monitorada envolve o uso de profissionais, câmeras, sensores e outros dispositivos eletrônicos para monitorar atividades e proteger o patrimônio público municipal, tanto às suas instalações prediais, quanto aos bens mobiliários, permanentes e de consumo.

1.4.1.1 A vigilância eletrônica monitorada será composta pelos Centros de Comando Operacionais (CCO), atendentes de alarmes, controladores de acesso e equipamentos eletrônicos.

### **1.4.2 CENTROS DE COMANDO OPERACIONAL (CCO)**

1.4.2.1 Deverão ser instalados 2 (dois) Centros de Comando Operacional (CCO) nos locais fornecidos pela CONTRATANTE:

1.4.2.1.1 O CCO Principal será instalado na Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT), responsável pelo monitoramento e atendimento das unidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Joinville, composto de 02 (dois) postos de monitoramento 24 horas.

1.4.2.1.2 O CCO extensão será instalado no Hospital Municipal São José (HMSJ) composto de 1(um) posto de monitoramento 24 horas, dedicado exclusivamente ao atendimento e monitoramento do HSMJ, conectado a principal;

1.4.2.2 Os Centros de Comando Operacional (CCO) deverão funcionar ininterruptamente, inclusive em finais de semana e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

#### **1.4.2.3 São atribuições dos CCO(s):**

1.4.2.3.1 Monitoramento remoto de alarmes e câmeras,

1.4.2.3.2 Suporte aos atendentes de alarme e pronto atendimento;

1.4.2.3.3 Gravação e reserva de imagens;

1.4.2.3.4 Cadastramento, atualização e exclusão dos usuários do sistema,

1.4.2.3.5 Atendimento de ocorrências (sinistros, furtos, danos, roubos, vandalismo, entre outros);

1.4.2.3.6 Atendimento ao acionamento do botão de emergência;

1.4.2.3.7 Tratativas de demandas via telefone, e-mail e outros modelos de contatos instalados, bem como abertura de Ordem de Serviço.

1.4.2.3.8 Monitoramento das imagens capturadas através das câmeras de segurança e alertas do sistema de análise de imagens;

1.4.2.4 O gerenciamento das imagens e alertas ocorrerá através de equipamentos e software com capacidade para análise das imagens recebidas instantaneamente;

1.4.2.5 A transmissão das imagens capturadas para o CCO deverá ser realizada através de link de internet com IP fixo de no mínimo 100 mbps ou superior, minimamente em 90% das unidades contratadas, ressalvada a garantia de visualização com qualidade e em tempo real das câmeras de 100% das unidades atendidas;

1.4.2.6 O armazenamento das imagens, eventos e alertas, deve seguir o previsto nos itens 1.4.2.10 e 1.4.2.11

1.4.2.7 A CONTRATADA deverá manter equipes de profissionais devidamente treinados para o pronto atendimento *in loco*, de alarmes, eventos ou ocorrências, nas Unidades monitoradas, através de atendentes de alarme dotados de veículos caracterizados capazes de responder imediatamente as ocorrências de invasão, arrombamento, furto, roubo, pânico ou outras;

1.4.2.7.1 O tempo de resposta do atendente de alarme, não deverá ultrapassar 10 minutos, contados a partir do disparo do alarme até a chegada do profissional no local;

1.4.2.7.2 O tempo de detecção de alarme pelo CCO deverá ser no máximo de 30 (trinta) segundos;

1.4.2.7.3 O Atendente de alarme, deverá em conjunto com o operador de monitoramento do CCO, fazer uma ronda completa na unidade inspecionada, a fim de verificar a veracidade do disparo, e eventual dano ou ocorrência, tomando as providências cabíveis;

1.4.2.7.4 O tempo de permanência incluído em cada ocorrência, inicia com o acionamento do alarme, momento em que o Operador de Monitoramento fará a checagem virtual da unidade e tomará as providências cabíveis. E cessa com a constatação pelo atendente de alarme, *in loco*, de que o patrimônio encontra-se em segurança.

1.4.2.8 O CCO deverá ser dotado de infra-estrutura física própria e capacidade operacional, tais como linhas telefônicas, GPRS e correio eletrônico, para atender aos serviços contratados, sem qualquer ônus adicional para o Contratante;

1.4.2.9 O CCO deverá armazenar registro/histórico das ocorrências, providências e comunicações pelo período mínimo de 12 meses;

1.4.2.10 O CCO deverá armazenar as imagens do sistema de monitoramento de maneira contínua, por no mínimo 15 (quinze) dias;

1.4.2.11 Na eventualidade de qualquer ocorrência, como por exemplo furtos, arrombamentos, sinistros, invasões, disparos de alarme, vandalismo, depredações ou outros, o CCO deverá armazenar as respectivas imagens por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias automaticamente;

1.4.2.12 Todas as imagens solicitadas, deverão ser disponibilizadas à CONTRATANTE por meio hardware e também por link via web, a qualquer tempo e em formato padrão de vídeo MP4 e gravações de imagem JPEG;

1.4.2.13 O CCO deverá comunicar imediatamente os contatos designados de cada unidade quanto à falta de acionamento dos sistemas de alarme;

- 1.4.2.14 O CCO deverá receber remotamente os eventos e alertas gerados pelos sistemas de alarme e câmeras;
- 1.4.2.15 O sistema do CCO deve ser capaz de identificar imediatamente eventos diversos como: cortes de linha e alterações nos dispositivos periféricos ou no ambiente monitorado;
- 1.4.2.16 O sistema de câmeras e alarmes, deverá ser dotado de ferramenta que possibilite a verificação automática de desconexão ou erro de qualquer equipamento (como por exemplo, falha no funcionamento dos equipamentos de gravação, ou armazenamento de imagens, alarme, câmeras, sensores ou outros), emitindo alerta para o operador a fim de dedicar o devido tratamento;
- 1.4.2.17 O CCO deverá receber, identificar, tratar e registrar por escrito todos os eventos e ocorrências nas unidades atendidas, comunicando imediatamente a CONTRATANTE;
- 1.4.2.18 As tratativas e providências adotadas para a solução da ocorrência, também registradas, deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 horas do conhecimento da ocorrência;
- 1.4.2.19 O CCO ao identificar qualquer falha no sistema durante as rondas virtuais, como por exemplo: câmeras offline, deverá abrir a Ordem de serviço de imediato, iniciando assim a contagem do prazo para a manutenção;
- 1.4.2.20 O sistema deverá permitir a configuração e acesso remoto dos equipamentos de vigilância e CFTV de cada unidade pelo CCO, minimamente para alteração de data, hora, tamanho e fonte da letra de identificação da câmera, download/gravação de imagens e verificação do funcionamento dos equipamentos;
- 1.4.2.21 Qualquer custo de comunicação como Analógica, Digital, VOIP ou outras, entre a base de monitoramento e a unidade e/ou responsável do local, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, não gerando nenhum ônus para a CONTRATANTE;
- 1.4.2.22 O CCO deverá vistoriar cada unidade virtualmente através das imagens das câmeras minimamente 4 vezes a cada 24 horas, sendo 2 (duas) rondas virtuais diurnas, das 06:00h às 18:00h e 2 (duas) noturnas, das 18:00h às 06:00h.
- 1.4.2.22.1 As rondas virtuais e presenciais deverão ser intensificadas sempre que houver indícios de perigo, de qualquer tipo de possível ocorrência ou sempre que solicitado, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 1.4.2.22.2 A CONTRATADA deverá dispor de ferramenta que possibilite a aferição e fiscalização das rondas presenciais dos atendentes de alarme em cada unidade, como QR Code, GPS ou outros, sem ônus à CONTRATANTE;
- 1.4.2.22.3 A CONTRATADA deverá enviar o relatório de aferição das rondas sempre que solicitado pela CONTRATANTE, contendo minimamente a identificação da unidade, a identificação do atendente, data, e hora das rondas;
- 1.4.2.23 Todas as vistorias e monitoramento deverão ser registrados. Toda ocorrência deverá ser comunicada imediatamente à CONTRATANTE;
- 1.4.2.24 A CONTRATADA é responsável pelo controle das manutenções preventivas/corretivas, instalação, remanejamento e desinstalação dos equipamentos eletrônicos sem ônus à CONTRATANTE;
- 1.4.2.25 A CONTRATADA deverá comunicar à Central 153 da SEPROT/Guarda Municipal os acionamentos do botão de emergência/pânico que envolva ocorrências com risco à vida de qualquer pessoa;
- 1.4.2.26 O software de gerenciamento de imagem deverá avisar ao Operador de Monitoramento quanto da interrupção do sinal de comunicação que interliga o sistema NVR da unidade instalada, ao sistema de gerenciamento remoto. Como também deverá possibilitar total integração com o Software de Gerenciamento dos sistemas de Alarme quando ocorrer violação do local, acionando automaticamente todas as imagens do local em uma segunda tela;
- 1.4.2.27 A operação, supervisão e administração dos equipamentos e sistemas são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo funcionar em regime contínuo, 24 horas por dia, 07 dias por semana e não devendo permitir ao operador comum, exceto aos administradores ou técnicos da CONTRATADA, a inserção de pen-drives, CD, DVD, ou qualquer outro tipo de mídia que possa introduzir ou retirar do sistema qualquer informação. As portas USB necessárias à operação da Estação de Trabalho deverão ser protegidas de tal forma a não serem acessadas sem controle e autorização;
- 1.4.2.28 O sistema deverá permitir a perfeita identificação da unidade de onde está sendo enviada a comunicação/alerta/ocorrência, bem como a sua especificação, como por exemplo o ingresso com senha de pânico, acionamento do botão de pânico, arrombamento ou outros;
- 1.4.2.29 O sistema deverá identificar automática eventual falha ou falta de comunicação da central de alarme ou do sistema de monitoramento e alertar o CCO;
- 1.4.2.30 O CCO deverá receber mensagens da central de alarme, registrando-as e informando ao operador através de aviso sonoro e visual, no caso de situações que requeiram intervenção;
- 1.4.2.31 Possibilitar a todos, previamente informados pela CONTRATANTE, a visualização e impressão de relatórios operacionais e gerenciais das ocorrências via Web, informando a unidade, endereço, data, hora, local, tipo de evento, setor que foi violado, providências tomadas e histórico do atendimento;
- 1.4.2.32 Possuir cadastro das unidades, no qual conste: nome, endereço completo, endereço eletrônico e telefones de cada unidade e dos usuários cadastrados com senha para arme e desarme do alarme e dos controladores de Acesso;
- 1.4.2.33 O CCO deverá possuir relação atualizada de identificação dos setores/zonas instaladas com equipamentos;
- 1.4.2.34 A CONTRATADA deve possuir equipe devidamente treinada para atender prontamente às demandas das unidades;
- 1.4.2.35 A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e dar manutenção à toda estrutura do CCO, incluindo minimamente as estações de trabalho ("Workstation") para os Operadores de Monitoramento, as quais deverão conter individualmente no mínimo 02 monitores em tamanho compatível com a complexidade da prestação do serviço.
- 1.4.2.36 A CONTRATADA deverá efetuar toda instalação de equipamentos, sistemas e mobiliário necessário para o

perfeito funcionamento do Centro de Controle Operacional (CCO);

1.4.2.37 O CCO deverá possuir joystick/teclado físico e/ou sistema/software de controle remoto de rotação e zoom das câmeras speed dome instaladas;

1.4.2.37.1 O sistema/software das câmeras speed dome, deverão permitir que a mesma rotacione e faça zoom automaticamente em áreas predeterminadas, de modo que a mesma não fique estática quando o operador não a estiver movimentando manualmente;

1.4.2.38 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso aos operadores da Central 153 da SEPROT/Guarda Municipal para visualização em tempo real e retorno de imagens de todas as câmeras instaladas nas unidades com a finalidade de acompanhamento e verificação de possíveis ocorrências de natureza criminal para auxílio às equipes operacionais da Guarda Municipal.

1.4.2.39 Na implantação do sistema de alarme e do sistema de controle de acesso, ao terminar a instalação do equipamento, a CONTRATADA deverá realizar o cadastro de todos os usuários autorizados a ter acesso na Unidade onde o equipamento for instalado.

1.4.2.40 É de responsabilidade da CONTRATADA a instalação, desinstalação e remanejamento dos equipamentos e sistemas de segurança, os quais compreendem minimamente a montagem, a fixação, os ajustes, a interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de testes e a colocação em operação de todo o sistema. Inclui ainda os materiais - cabos de energia/dados/vídeo, canaletas, suportes, racks e outros - necessários para os serviços de adequação de painéis, de montagem, de instalação, testes, calibração e outras ações necessárias à completa instalação, desinstalação, manutenção e remanejamento dos equipamentos e sistemas previstos, sem ônus para a CONTRATANTE;

1.4.2.41 Fica definido como SLA (Service Level Agreement) ou Acordo de Nível de Serviço para atendimento de chamados em caso de falhas individuais (em um único local ou sem relação com outras ocorrências), o tempo máximo de 6 (seis) horas corridas após abertura do chamado, para restauração da conexão. Para falhas massivas (vários locais em uma mesma região ou com relação entre as ocorrências) ou problemas estruturais na rede da CONTRATANTE o tempo máximo de restauração do sinal será de 24 (vinte e quatro) horas corridas. O não cumprimento desses prazos acarreta o não pagamento dos dias sem o serviço além do cumprimento das penalidades previstas no contrato.

### **1.4.3 DAS MANUTENÇÕES**

1.4.3.1 O CCO deverá possuir sistema de abertura de Ordem de Serviço, para registro e acompanhamento das necessidades de atendimento técnico, sejam de instalações, retiradas, remanejamento ou manutenção de equipamentos e sistemas, ou outras demandas;

1.4.3.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, acesso via web ao sistema de gerenciamento de todas as Ordens de Serviço da CONTRATADA, para acompanhamento e abertura de novas ordens;

1.4.3.2 A reposição ou manutenção de materiais e equipamentos deverá preservar a mesma qualidade do produto substituído, salvo quando o produto apresentar qualidade superior;

1.4.3.2.1 Os equipamentos só poderão ser substituídos com comprovação de compatibilidade e funcionamento de todas suas funções em uso.

1.4.3.3 As manutenções preventivas completas em todo o sistema de segurança das unidades, deverão ser feitas minimamente 1 vez a cada 3 meses, ou sempre que solicitados;

1.4.3.4 As manutenções corretivas, serão divididas em 2 tipos:

1.4.3.4.1 Manutenções rápidas: são manutenções de pequena monta, como por exemplo, troca de HDs, câmeras, sensores de alarme ou outros equipamentos de forma rápida. Obedecerão o prazo de 2 dias úteis a partir da abertura da Ordem de Serviço.

1.4.3.4.2 Manutenções longas: são manutenções de média/grande monta, como por exemplo, troca de cancelas, centrais de alarme, NVRs e outros equipamentos maiores. Obedecerão o prazo de 5 dias úteis a partir da abertura da Ordem de Serviço.

1.4.3.5 As instalações e desinstalações de novos equipamentos ou reinstalações (durante a execução do contrato, e que não se confundem com as instalações iniciais previstas no cronograma do item 5) serão divididas em 3 tipos:

1.4.3.5.1 Instalações leves: são instalações, desinstalações, reinstalação ou remanejamentos de equipamentos de pequena monta, como por exemplo, passagem de fiação em eletrodutos (ou outros) já instalados, ou que permaneçam no mesmo ambiente. Obedecerão o prazo de 3 dias úteis a partir da abertura da Ordem de Serviço.

1.4.3.5.2 Instalações médias: são instalações, desinstalações, reinstalação ou remanejamentos de equipamentos de média monta, como por exemplo, passagem de fiação em caixas subterrâneas (ou outros), instalação completa de novas unidades de médio ou pequeno porte. Obedecerão o prazo de 5 dias úteis a partir da abertura da Ordem de Serviço.

1.4.3.5.3 Instalações pesadas: são instalações, desinstalações, reinstalação ou remanejamentos de equipamentos de grande monta, como por exemplo instalação completa de novas unidades de grande porte, a exemplo de hospitais, PAs 24h, Secretarias e outros. Obedecerão o prazo de 10 dias úteis a partir da abertura da Ordem de Serviço.

1.4.3.5.4 O não cumprimento dos prazos referentes a manutenções e instalações, a CONTRATADA terá 24 horas para justificar através de ofício à CONTRATANTE o atraso dos serviços.

1.4.3.6 Eventuais casos não previstos nos itens 1.4.3.4 e 1.4.3.5, fortuitos, de força maior ou outros motivos devidamente justificados pela CONTRATADA poderão ter novos prazos analisados e aprovados pela CONTRATANTE;

### **1.4.4 ATENDENTES DE ALARMES**

1.4.4.1 Tipos de Postos de Atendentes de Alarme:

1.4.4.1.1 Os tipos de postos de Atendentes de Alarme previstos no Anexo I Local e Quantitativos (26593856), adotarão a relação de 01 Atendente para cada 40 Unidades, nas seguintes escalas de trabalho:

1.4.4.1.1.1 Atendente de Alarme Diurno (Escala 12x36 horas);

1.4.4.1.1.2 Atendente de Alarme Noturno (Escala 12x36 horas).

#### **1.4.4.2 Descrição mínima das atividades de Atendentes de Alarme, compreendidas e atribuídas por posto de serviço:**

1.4.4.2.1 Efetuar as rondas, nas unidades estabelecidas, conforme sua rota, verificando as inconformidades da unidades, conforme segue:

1.4.4.2.1.1 Verificar o perímetro da unidade, muros, portões, construção, pátio e ao redor da mesma, e caso haja alguma inconformidade, comunicar ao CCO e a supervisão, aguardando no local até a resolução do fato;

1.4.4.2.1.2 Verificar portas, janelas, corredores, desde que estejam livres para acesso,

1.4.4.2.1.3 Verificar o sistema de alarme, botão de pânico, monitores, e caso haja alguma inconformidade, comunicar ao CCO e a supervisão, aguardando no local até a resolução do fato;

1.4.4.2.2 As rondas deverão ser efetuadas, por toda a extensão da unidade, externa e internamente, sendo:

1.4.4.2.2.1 Nas Unidades sem vigilantes, todos os dias, no mínimo 4 vezes por dia, 2 (duas) rondas diurnas e 2 (duas) rondas noturnas.

1.4.4.2.2.2 Nas Unidades com vigilantes diurnos de segunda a sexta, minimamente 2 vezes no período noturno e 4 vezes no período de 24 horas nos fins de semana (sábado e domingo), sendo 2 (duas) rondas diurnas e 2 (duas) rondas noturnas;

1.4.4.3 Para que seja realizada a vistoria interna da unidade o atendente de alarme deverá possuir a chave ou controle do portão de acesso, fornecida pela CONTRATANTE, de todas as unidades de sua responsabilidade.

1.4.4.4 Atender aos chamados do CCO em casos de acionamento de alarme, eventos ou ocorrências, nas unidades monitoradas, atuando de forma rápida e proativa, para atuarem imediatamente nas ocorrências de invasão, arrombamento, furto, roubo ou outros;

### **1.4.5 CONTROLADORES DE ACESSO**

1.4.5.1 Tipos de Postos de Controladores de Acesso:

1.4.5.1.1 Os tipos de postos de Controladores de Acesso previstos no Anexo I Local e Quantitativos (26593856), adotarão as seguintes escalas de trabalho:

1.4.5.1.1.1 Controlador de acesso 12 horas diurno de Seg a Sex - Escala 12x36 horas);

1.4.5.1.1.2 Controlador de acesso 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36 horas).

#### **1.4.5.2 Descrição mínima das atividades do Controlador de Acesso, compreendidas e atribuídas por posto de serviço:**

1.4.5.2.1 Cadastrar e gerenciar quem entra e sai da unidade, garantindo a segurança do local.

1.4.5.2.2 Oferecer direcionamento e ajuda a visitantes, clientes ou prestadores de serviços, facilitando a circulação sem comprometer a segurança.

1.4.5.2.3 Estar sempre atento para identificar qualquer atividade que pareça fora do comum, agindo como um alerta precoce.

1.4.5.2.4 Fornecer informações gerais, desde que não comprometam a segurança ou sejam confidenciais.

### **1.4.6 EQUIPAMENTOS QUE DEVERÃO SER INSTALADOS NAS UNIDADES:**

#### **1.4.6.1 CÂMERAS TIPO I (INTERNAS E EXTERNAS)**

1.4.6.1 CÂMERAS TIPO I (INTERNAS E EXTERNAS): As câmeras abaixo representam as especificações mínimas das câmeras que serão instaladas e devem possuir analíticos embarcados:

1.4.6.1.1 Câmera Bullet

1.4.6.1.1.1 Devem possuir no mínimo resolução 2.0 MP, full hd

1.4.6.1.1.2 De 20 à 40 m de distância IR

1.4.6.1.1.3 Resistente à água e poeira (IP67)

1.4.6.1.1.4 Pan: 0° a 360°, Inclinação: 0° a 180°, Rotação: 0° a 360°

1.4.6.1.1.5 Tipo de lente 2,8 mm,

1.4.6.1.1.6 Distância focal e campo de visão de no mínimo 92° (2,8 mm),

1.4.6.1.1.7 Temperatura de Operação: -40 °C a 60 °C (-40 °F a 140 °F)

1.4.6.1.1.8. Podem ser utilizadas câmeras com características semelhantes ou superiores às descritas, devendo ser aprovado pela CONTRATANTE cada um dos modelos utilizados nos projetos, assim como características como lente e iluminador utilizados nas instalações.

1.4.6.1.1.9. Todas as Câmeras devem possuir proteção mínima IP67.

1.4.6.1.1.10. Todas devem ser compatíveis com Interoperabilidade ONVIF, exemplo: ONVIF Profile S, ONVIF Profile G, ONVIF Profile M, ONVIF Profile T, dependendo do tipo de câmera e das necessidades operacionais da

CONTRATANTE ou possuírem fluxo de vídeo RTSP para integração com a solução solicitada. Deverá haver também API, Webhook ou SDK aberta para integração com outras soluções.

1.4.6.1.1.11. Todas as câmeras devem possuir suporte a comunicação segura com criptografia (TLS1.1/1.2), e suportar os protocolos (TCP/IP, UDP, ICMP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, IGMP, IPv6, IPv4, HTTP, HTTPS, SSL /TLS), compressão (H.264 e H.265), o controle de acesso por autenticação deve possuir controle centralizado na plataforma. Toda a comunicação entre as câmeras e a plataforma devem ser criptografadas.

1.4.6.1.1.12. Caso o recurso de análise de vídeo descrito neste documento não esteja embarcado na câmera deverá ser fornecida solução totalmente licenciada com GPU e processamentos necessários para realizar as análises de vídeo desejadas em todas as câmeras deste item de modo que o operador possa obter alarmes ou realizar notificações em tempo real.

1.4.6.1.1.13. O fabricante das câmeras de CFTV deverá comprovar que é membro do comitê ONVIF para garantir futuras integrações com o padrão, além de possuir laudo de proteção cibernética emitido pelo fabricante da câmera.

1.4.6.1.1.14. As câmeras também devem possuir API aberta para integração de software.

1.4.6.1.1.15. Imagens de alta qualidade com resolução de 2 MP - FULL HD, para streaming e armazenamento;

1.4.6.1.1.16. Tecnologia para melhoria de performance em ambientes com baixa iluminação;

1.4.6.1.1.17. Tecnologia infravermelha avançada com longo alcance de infravermelho (iluminador infravermelho com alcance de 40 metros no mínimo);

1.4.6.1.1.18. Interoperabilidade: ONVIF Profile S; Perfil ONVIF G; e ou GB/T 28181;

1.4.6.1.1.19. Navegador da Web: Chrome, Firefox;

1.4.6.1.1.20. Configurações de imagem: Saturação, brilho, contraste, nitidez, AGC, balanço de branco ajustável pelo software cliente ou navegador da web;

1.4.6.1.1.21. Interface Ethernet: 1 porta Ethernet RJ45 10mbps /100mbps;

1.4.6.1.1.22. Função geral: espelho, proteção por senha, máscara de privacidade, marca d'água, filtro de endereço IP;

1.4.6.1.1.23. Consumo de energia e corrente: VDC, PoE: (802.3af, 36 V a 57 V);

1.4.6.1.1.24. Fonte de alimentação: VCC, PoE: 802.3af, Classe 3.

#### **1.4.6.1.2. Gravador de Vídeo Digital**

1.4.6.1.2.1. Tempo real de visualização.

1.4.6.1.2.2. Entradas de vídeo mínima de 4 canais.

1.4.6.1.2.3. Qualidade de gravação Full HD.

1.4.6.1.2.4. Acesso remoto.

1.4.6.1.2.5. A empresa CONTRATADA disponibilizará acesso remoto ao conteúdo através de aplicativos e/ou páginas web, ambos acessados através de login e senha criados especificamente para os agentes autorizados, sem ônus ao CONTRATANTE e com alta qualidade na visualização das imagens.

1.4.6.1.2.6. Capacidade de armazenamento para 15 (quinze) dias.

#### **1.4.6.2 CÂMERAS TIPO II (COM ANALÍTICO DE INTRUSÃO)**

1.4.6.2.1. As câmeras abaixo representam as especificações mínimas das câmeras que serão instaladas e devem possuir analíticos embarcados:

1.4.6.2.1.1. Alarmes e rastreamento baseados em regras;

1.4.6.2.1.2. Cruzamento de linha, Entrar/Sair do campo, com sensibilidade para detecção de pessoas;

1.4.6.2.1.3. Seguir rota;

1.4.6.2.1.4. Vadiagem/Permanência;

1.4.6.2.1.5. Objeto parado/removido;

1.4.6.2.1.6. Contagem de pessoas

1.4.6.2.1.7. Estimativa de densidade demográfica

1.4.6.2.1.8. Detecção, extração e envio de recortes de faces para servidores externos;

1.4.6.2.1.9. Podem ser utilizadas câmeras com características semelhantes ou superiores às descritas, devendo ser aprovado pela CONTRATANTE cada um dos modelos utilizados nos projetos, assim como características como lente e iluminador utilizados nas instalações.

1.4.6.2.1.10. Todas as Câmeras devem possuir proteção mínima IP66.

1.4.6.2.1.11. Todas devem ser compatíveis com Interoperabilidade ONVIF, exemplo:

ONVIF Profile S, ONVIF Profile G, ONVIF Profile M, ONVIF Profile T, dependendo do tipo de câmera e das necessidades operacionais da CONTRATANTE ou possuírem fluxo de vídeo RTSP para integração com a solução solicitada. Deverá haver também API, Webhook ou SDK aberta para integração com outras soluções.

1.4.6.2.1.12. Todas as câmeras devem possuir suporte a comunicação segura com criptografia (TLS1.1/1.2), e suportar os protocolos (TCP/IP, UDP, ICMP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, IGMP, IPv6, IPv4, HTTP, HTTPS, SSL /TLS), compressão (H.264 e H.265), o controle de acesso por autenticação deve possuir controle centralizado na plataforma. Toda a comunicação entre as câmeras e a plataforma devem ser criptografadas.

1.4.6.2.1.13. Caso o recurso de análise de vídeo descrito neste documento não esteja embarcado na câmera deverá

ser fornecida solução totalmente licenciada com GPU e processamentos necessários para realizar as análises de vídeo desejadas em todas as câmeras deste item de modo que o operador possa obter alarmes ou realizar notificações em tempo real.

1.4.6.2.1.14. O fabricante das câmeras de CFTV deverá comprovar que é membro do comitê ONVIF para garantir futuras integrações com o padrão, além de possuir laudo de proteção cibernética emitido pelo fabricante da câmera.

1.4.6.2.1.15. As câmeras também devem possuir API aberta para integração de software.

1.4.6.2.1.16. Imagens de alta qualidade com resolução de 4 MP;

1.4.6.2.1.17. Tecnologia para melhoria de performance em ambientes com baixa iluminação;

1.4.6.2.1.18. Tecnologia de compressão H.265+ eficiente;

1.4.6.2.1.19. Imagens nítidas contra luz de fundo forte devido à tecnologia WDR real de 120dB;

1.4.6.2.1.20. Resistente à água e poeira (IP67);

1.4.6.2.1.21. Tecnologia infravermelha avançada com longo alcance de infravermelho (iluminador infravermelho com alcance de 40 metros no mínimo);

1.4.6.2.1.22. Distância focal e FOV: 2,8 mm, FOV horizontal 98°, FOV vertical 70° a 72°, FOV diagonal 131° ou 4 mm ou 3,6 mm, FOV horizontal 80°, FOV vertical 58°, FOV diagonal 104° ou 6 mm, FOV horizontal 51°, FOV vertical 37°, FOV diagonal 60° a 66°;

1.4.6.2.1.23. Resolução : 2592 × 1944;

1.4.6.2.1.24. Protocolos: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, UPnP™, SMTP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6, IPv4, UDP, SSL /TLS, PPPoE, SNMP;

1.4.6.2.1.25. Criptografia: TLS1.1/1.2 e ou AES128 e ou AES256

1.4.6.2.1.26. Interoperabilidade: ONVIF Profile S; Perfil ONVIF G; e ou GB/T 28181;

1.4.6.2.1.27. Navegador da Web: Chrome, Firefox;

1.4.6.2.1.28. Configurações de imagem: Saturação, brilho, contraste, nitidez, AGC, balanço de branco ajustável pelo software cliente ou navegador da web;

1.4.6.2.1.29. Interface Ethernet: 1 porta Ethernet RJ45 10mbps /100mbps;

1.4.6.2.1.30. Função geral: espelho, proteção por senha, máscara de privacidade, marca d'água, filtro de endereço IP;

1.4.6.2.1.31. Consumo de energia e corrente: VDC, PoE: (802.3af, 36 V a 57 V);

1.4.6.2.1.32. Fonte de alimentação: VCC, PoE: 802.3af, Classe 3.

#### **1.4.6.2.2. Gravador de Vídeo Digital**

1.4.6.2.2.1. Tempo real de visualização

1.4.6.2.2.2. Entradas de vídeo mínima de 4 canais

1.4.6.2.2.3. Qualidade de gravação Full HD

1.4.6.2.2.4. Acesso remoto

1.4.6.2.2.5. Capacidade de armazenamento para 15 (quinze) dias.

#### **1.4.6.3 CÂMERA TIPO III (SPEED DOME)**

1.4.6.3.1. As câmeras abaixo representam as especificações mínimas das câmeras que serão instaladas e devem possuir analíticos embarcados:

1.4.6.3.1.1. Alarmes e rastreamento baseados em regras;

1.4.6.3.1.2. Cruzamento de linha, Entrar/Sair do campo;

1.4.6.3.1.3. Seguir rota;

1.4.6.3.1.4. Vadiagem/Permanência;

1.4.6.3.1.5. Objeto parado/removido;

1.4.6.3.1.6. Contagem de pessoas

1.4.6.3.1.7. Estimativa de densidade demográfica

1.4.6.3.2. Podem ser utilizadas câmeras com características semelhantes ou superiores

às descritas, devendo ser aprovado pela CONTRATANTE cada um dos modelos utilizados nos projetos, assim como características como lente e iluminador utilizados nas instalações.

1.4.6.3.3. Proteção: IP67; TVS 6000 V à prova de raios; proteção contra surtos;

1.4.6.3.4. Todas devem ser compatíveis com Interoperabilidade ONVIF, exemplo:

ONVIF Profile S, ONVIF Profile G, ONVIF Profile M, ONVIF Profile T, dependendo do tipo de câmera e das necessidades operacionais da CONTRATANTE ou possuírem fluxo de vídeo RTSP para integração com a solução solicitada. Deverá haver também API, Webhook ou SDK aberta para integração com outras soluções.

1.4.6.3.5. Todas as câmeras devem possuir suporte a comunicação segura com criptografia (TLS1.1/1.2), e suportar os protocolos (TCP/IP, UDP, ICMP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, IGMP, IPv6, IPv4, HTTP, HTTPS, SSL /TLS), compressão (H.264 e H.265), o controle de acesso por autenticação deve possuir controle centralizado na

plataforma. Toda a comunicação entre as câmeras e a plataforma devem ser criptografadas.

1.4.6.3.6. Caso o recurso de análise de vídeo descrito neste documento não esteja embarcado na câmera deverá ser fornecida solução totalmente licenciada com GPU e processamentos necessários para realizar as análises de vídeo desejadas em todas as câmeras deste item de modo que o operador possa obter alarmes ou realizar notificações em tempo real.

1.4.6.3.7. O fabricante das câmeras de CFTV deverá comprovar que é membro do comitê ONVIF para garantir futuras integrações com o padrão, além de possuir laudo de proteção cibernética emitido pelo fabricante da câmera.

1.4.6.3.8. 1/1,8" 8 Megapixel CMOS n 40X zoom óptico.

1.4.6.3.9. Digital Zoom : 16X.

1.4.6.3.10. Tecnologia 30 fps@8M n Distância do laser até 500 m Codificação H.265.

1.4.6.3.11. Proteção de perímetro.

1.4.6.3.12. Reconhecimento facial.

1.4.6.3.13. Compressão Inteligente H.265; H.264; MJPEG.

1.4.6.3.14. Resolução: 8M (3840 × 2160); 4M (2560 × 1440); 1080p (1920 × 1080); 960p (1280 × 960); 720p (1280 × 720).

1.4.6.3.15. Interface Ethernet: 1 porta Ethernet RJ45 10mbps /100mbps.

1.4.6.3.16. Network Protocol : HTTP; HTTPS; IPv4; RTSP; UDP; SMTP; NTP; DHCP; DNS; DDNS; IPv6; 802.1x; QoS; FTP; UPnP; ICMP; SNMP; IGMP; RTP; RTMP; TCP.

1.4.6.3.17. Fonte de alimentação 36 VDC, 5 A (± 25%).

1.4.6.3.18. Proteção contra transientes de tensão.

1.4.6.3.19. Taxa de bits de vídeo H.264: 3328–16384 kbps H.265: 1280–9984 kbps.

1.4.6.3.20. Metadados de vídeo: suporte à captura de imagens de corpo humano, rosto humano, veículo motorizado e não motorizado e extração de atributos

1.4.6.3.21. Navegador da Web: Chrome, Firefox.

#### **1.4.6.4 SENSORES**

1.4.6.4.1 Sensor de Presença Passivo.

1.4.6.4.1.1 Um canal de PIR Quad;

1.4.6.4.1.2 Três níveis de sensibilidade do PIR;

1.4.6.4.1.3 Chave tamper;

1.4.6.4.1.4 Cobertura de até 12m e ângulo de 115°;

1.4.6.4.1.5 Função PET imune a animais até 20kg;

1.4.6.4.1.6 Indicado para ambientes fechados.

##### **1.4.6.4.2 Sensor Ativo de barreira**

1.4.6.4.2.1 No mínimo 2 (dois) feixes;

1.4.6.4.2.2 Alcance de até 100 metros sem obstáculos;

1.4.6.4.2.3 Alinhamento por sinal sonoro;

1.4.6.4.2.4 Ajuste de potência do infravermelho para diferentes cenários de aplicação;

1.4.6.4.2.5 Chave tamper;

##### **1.4.6.4.3 Central de alarme**

1.4.6.4.3.1 32 zonas (até 32 sensores sem fio, 9 zonas duplas, 1 zona com fio por teclado);

1.4.6.4.3.2 5 pares de bornes “+” e “-” para maior organização;

1.4.6.4.3.3 2 partições reais;

1.4.6.4.3.4 1 partição para eletrificador;

1.4.6.4.3.5 99 usuários;

1.4.6.4.3.6 Até 4 teclados;

1.4.6.4.3.7 16 Caracteres para nomes de zonas e usuários;

1.4.6.4.3.8 Rádio alarme;

1.4.6.4.3.9 Bluetooth para programação

1.4.6.4.3.10 Ethernet e Wi-Fi (necessário ME-05 WB);

1.4.6.4.3.11 Sensores sem fio e controles remotos

1.4.6.4.3.12 Uma saída PGM com relé;

1.4.6.4.3.13 Expansível até 4 PGMs;

1.4.6.4.3.14 Aplicativo para Android e iOS com acesso por nuvem;

1.4.6.4.3.15 Pânico por aplicativo com envio da localização;

- 1.4.6.4.3.16 Tarefas agendadas;
- 1.4.6.4.3.17 Nuvem segura e criptografada com TLS 1.2.

#### **1.4.6.4.4 Teclado LCD**

- 1.4.6.4.4.1 Entrada para uma zona com fio;
- 1.4.6.4.4.2 Sinalização visual de status;
- 1.4.6.4.4.3 Baixo consumo.

#### **1.4.6.4.5 Botão de Emergência**

- 1.4.6.4.5.1 Frequência de 433,92 MHz;
- 1.4.6.4.5.2 Alcance de até 100m (sem obstáculos);
- 1.4.6.4.5.3 Tecnologia Rolling Code;
- 1.4.6.4.5.4 Bateria inclusa;
- 1.4.6.4.5.5 3 botões independentes;
- 1.4.6.4.5.6 Não necessita de ajuste de frequência (ressonador SAW);

#### **1.4.6.4.6 Módulo Ethernet**

- 1.4.6.4.6.1 Bluetooth integrado para programação de seu dispositivo;
- 1.4.6.4.6.2 Compatível com nuvem;
- 1.4.6.4.6.3 Interface Wi-Fi b/g/n;
- 1.4.6.4.6.4 Interface cabeada 10/100 Base T com auto detecção;
- 1.4.6.4.6.5 Comunica com IP fixo ou dinâmico;
- 1.4.6.4.6.6 Protocolo DHCP;
- 1.4.6.4.6.7 Função Bootloader.

#### **1.4.6.4.7 Bateria Selada 12V7A**

- 1.4.6.4.7.1 Tensão de 12V
- 1.4.6.4.7.2 Corrente 4 Ah (C20)
- 1.4.6.4.7.3 Resistência interna 33 mΩ
- 1.4.6.4.7.4 Terminal T1 (4,75 mm)
- 1.4.6.4.7.5 Flutuação: 13,5 V a 13,8 V
- 1.4.6.4.7.6 Cíclico: 14,1 V a 14,4 V
- 1.4.6.4.7.7 Corrente máxima de carga: 1,2 A

#### **1.4.6.4.8 Sirene 12V**

- 1.4.6.4.8.1 Instalação vertical e horizontal;
- 1.4.6.4.8.2 Potência de som a 1m de distância de 115 dB;
- 1.4.6.4.8.3 Tensão de alimentação: 10 a 16 Vcc;
- 1.4.6.4.8.4 Consumo de 180 mA;

#### **1.4.6.5 VÍDEO FONES**

- 1.4.6.5.1 Sistema de comunicação com dispositivo interno e externo.
  - 1.4.6.5.1.1 O sistema de interfonia deverá permitir a comunicação clara e segura entre ambientes internos e externos, com microfone omnidirecional integrado.
  - 1.4.6.5.1.2 Câmera HD de 2 MP
  - 1.4.6.5.1.3 Deve possuir supressão de ruído e cancelamento de eco
  - 1.4.6.5.1.4 Luz suplementar para ambiente com baixa iluminação
  - 1.4.6.5.1.5 Deve possibilitar configuração remota via cliente Web
  - 1.4.6.5.1.6 Fonte de alimentação IEEE802.3af, PoE padrão 12 VCC
  - 1.4.6.5.1.7 Deve possuir grau de proteção IP65, resistente à poeira e chuva
  - 1.4.6.5.1.8 Deve possuir tela sensível ao toque capacitiva e colorida, de 4,3 polegadas com resolução de 480x272, com 9 botões de toque.
  - 1.4.6.5.1.9 Resolução 480 x 272
  - 1.4.6.5.1.10 Padrão de compressão de áudio G.711 U, G.711A
  - 1.4.6.5.1.11 Protocolo de comunicação TCP/IP, SIP, RTSP
  - 1.4.6.5.1.12 Wi-Fi 802.11 b/g/n, 2,4 GHz
  - 1.4.6.5.1.13 Montagem em parede ou em mesa

#### **1.4.6.6 CANCELA COM CAPTURA E RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE PLACAS VEICULARES (LPR)**

##### **1.4.6.6.1 Cancela**

###### **1.4.6.6.1.1 Chapa laminada a frio**

###### **1.4.6.6.1.2 Espessura da caixa de barreira 1,2 milímetros**

###### **1.4.6.6.1.3 Espessura da porta da caixa de barreira 1,0 mm**

###### **1.4.6.6.1.4 Cor da caixa de barreira: Fundo preto com padrão prateado**

###### **1.4.6.6.1.5 Cor da porta da caixa de barreira: Fundo preto com padrão prateado**

###### **1.4.6.6.1.6 Velocidade de subida/descida**

###### **1.4.6.6.1.6.1 Poste de luz de 3m/4m:**

###### **1.4.6.6.1.6.1.1 Velocidade de subida: 3 S**

###### **1.4.6.6.1.6.1.2 Velocidade de queda: 3 S**

###### **1.4.6.6.1.7 Direção do mastro de lança Esquerda/Direita**

###### **1.4.6.6.1.8 Tipo de motor: DC sem escovas**

###### **1.4.6.6.1.9 Número de ciclos 2.500.000**

###### **1.4.6.6.1.10 Consumo máximo 100 W**

###### **1.4.6.6.1.11 Temperatura: -30 °C a 80 °C (-22 °F a 176 °F), Humidade: ≤ 90%**

###### **1.4.6.6.1.12 Proteção IP54**

###### **1.4.6.6.1.13 Radar de entrada e saída de 79 e 60 GHz**

###### **1.4.6.6.1.14 Largura do feixe Vertical 10°, Horizontal 38°**

###### **1.4.6.6.1.15 Tempo de resposta 50ms**

###### **1.4.6.6.1.16 Área de detecção (m) Largura horizontal: 0 a 2 m (ajustável)**

###### **1.4.6.6.1.17 Alvo de detecção: Modo de gatilho: veículo Modo antiquesada: veículo/pessoa**

###### **1.4.6.6.1.18 Resolução de 2688 × 1520**

###### **1.4.6.6.1.19 Tipo de sensor 1/1.8" Progressive Scan CMOS**

###### **1.4.6.6.1.20 Iluminação mínima Color: 0.0005 Lux @ (F1.2, AGC ON) B/W: 0.0001 Lux @ (F1.2, AGC ON) 0 Lux with IR**

###### **1.4.6.6.1.21 Obturador 1/30 s to 1/100,000 s**

###### **1.4.6.6.1.22 Tipo de lente 2.8 to 12 mm**

###### **1.4.6.6.1.23 Distância focal e campo de visão: 2,8 a 12 mm, campo de visão horizontal: 114,5° a 41,8°, campo de visão vertical: 59,3° a 23,6°, campo de visão diagonal: 141,1° a 48°,**

###### **1.4.6.6.1.24 Lente automática, varifocal, lente motorizada**

###### **1.4.6.6.1.25 Faixa de luz suplementar: 2,8 mm a 12 mm: 10 m**

###### **1.4.6.6.1.26 140DB WDR**

###### **1.4.6.6.1.27 Reconhecimento da placa de veículos: Para frente, para trás, bidirecional**

###### **1.4.6.6.1.28 Reconhecimento inteligente ANPR, Recurso de Veículo Motorizado, Reconhecimento de Cor de Veículo, Habilitar Reconhecimento de Fabricante de Veículo**

###### **1.4.6.6.1.29 Saída de relé de 2 canais, suportando abertura e fechamento de cancelas**

###### **1.4.6.6.1.30 Protocolos: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP Carregar imagem, SRTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, SNMP, IGMP, QoS, IPv6, UDP, SSL/TLS, WebSocket**

###### **1.4.6.6.1.31 API: Interface de vídeo em rede aberta (PROFILE S, PROFILE G, PROFILE T), ISAPI, SDK, ISUP, Otap, plataforma Guarding Vision**

###### **1.4.6.6.1.32 Áudio 1 entrada (entrada de linha), 1 saída (saída de linha)**

###### **1.4.6.6.1.33 Entrada de alarme de 3 canais**

###### **1.4.6.6.1.34 Saída de alarme de 1 canal**

###### **1.4.6.6.1.35 Wiegand: Suportado: CardID 26 bits, SHA-1 26 bits, Hik 34 bits, NEWG 72 bits**

###### **1.4.6.6.1.36 Porta serial RS-485 de 1 canal**

###### **1.4.6.6.1.37 Porta serial RS-232 de 1 canal**

###### **1.4.6.6.1.38 Interface de rede: 1 porta Ethernet auto adaptável RJ45 10M/100M**

###### **1.4.6.6.1.39 Slot para cartão de memória 1 slot para cartão TF, até 1 TB**

###### **1.4.6.6.1.40 Taxa de captura > 98%**

###### **1.4.6.6.1.41 Precisão de reconhecimento da direção do movimento do veículo > 98,5%**

###### **1.4.6.6.1.42 Precisão LPR > 98%**

###### **1.4.6.6.1.43 Taxa de captura equivocada < 2%**

###### **1.4.6.6.1.44 Precisão de reconhecimento de país/região > 95%**

1.4.6.6.1.45 Reconhecimento de tipo veículo: Carro /Van /Ônibus /Caminhão /Caminhão Leve /SUV MPV /Pick Up /Pedestre /Motocicleta /Triciclo

1.4.6.6.1.46 Marca do veículo no mínimo de 80 fabricantes

1.4.6.6.1.47 Certificações: CE, IEC, IK10 (IEC 62262: 2002), IP67 (IEC 60529-2013)

#### **1.4.6.6.2 Câmera LPR**

1.4.6.6.2.1 Design tipo bullet;

1.4.6.6.2.2 Resolução de 3.0MP (2048x1536);

1.4.6.6.2.3 Varifocal com auto íris;

1.4.6.6.2.4 Distância focal mínima de 4 ~ 10 mm;

1.4.6.6.2.5 Sensor infravermelho com alcance mínimo de 10 metros;

1.4.6.6.2.6 Possuir analíticos inteligentes embarcados ou software instalado na câmera que permita : Leitura Automática de Placas (LPR) de veículos (carros, motos, caminhões).

1.4.6.6.2.7 Velocidade do obturador de 1/50~1/1000000s;

1.4.6.6.2.8 Compressão de vídeo H.264, H.265;

1.4.6.6.2.9 Modo day-night/dia-noite automático;

1.4.6.6.2.10 Ampla Faixa Dinâmica de 120Db;

1.4.6.6.2.11 Possuir HLC, 3D DNR;

1.4.6.6.2.12 Interface de rede ethernet interna 10/100 Base-T (RJ-45);

1.4.6.6.2.13 Possuir iluminador IR integrado ou externo, com alcance mínimo de 20 metros;

1.4.6.6.2.14 Protocolos : IPv4; IPv6; HTTP; TCP; IP; UDP; NTP; DHCP;

1.4.6.6.2.15 Compatibilidade com ONVIF;

1.4.6.6.2.16 Entrada e saída de áudio;

1.4.6.6.2.17 Grau de proteção a intempéries IP66;

1.4.6.6.2.18 Entrada para cartão de memória para gravação de imagens estáticas ou em movimento com no mínimo 64GB (cartão de memória classe 10 incluso);

1.4.6.6.2.19 Temperatura de operação de -10°C a +50°C;

1.4.6.6.2.20 Alimentação PoE ou fonte compatível;

1.4.6.6.2.21 Fornecida com caixa de proteção do mesmo fabricante da câmera com grau de proteção IP66;

1.4.6.6.2.22 Fornecida com suporte de montagem de acordo com o local de instalação de cada dispositivo;

1.4.6.6.2.23 Possuir API ou SDK aberto para integração completa com plataformas de terceiros;

#### **1.4.6.7 CONTROLADOR DE ACESSO FACIAL**

##### **1.4.6.7.1 Terminal de reconhecimento facial**

1.4.6.7.1.1 Tela de toque LCD de 7 polegadas, lente grande angular de 2 megapixels

1.4.6.7.1.2 Distância de reconhecimento: 0,3 a 3 m

1.4.6.7.1.3 Rosto reconhecimento duração < 0.2 s/Usuário

1.4.6.7.1.4 A taxa de precisão do reconhecimento facial  $\geq 99\%$

1.4.6.7.1.5 Detecção de máscara facial

1.4.6.7.1.6 Capacidade de 50.000 faces, 10.000 impressões digitais (com módulo de impressão digital) e 150.000 eventos de capacidade

1.4.6.7.1.7 Suporta ISAPI, ISUP 5.0, TCP/IP (IPv4 e IPv6)

1.4.6.7.1.8 Suporta o reconhecimento de uma única pessoa e várias pessoas (até 5 pessoas)

1.4.6.7.1.9 Interface de rede

1.4.6.7.1.10 1 RJ45, 10 /100 /1000 M auto adaptável

##### **1.4.6.7.2 Fechadura Magnética Com Suporte**

1.4.6.7.2.1 Indicador Verde: Status de trabalho

1.4.6.7.2.2 Fonte de energia 12 VCC, 340 mA  $\times$  2

1.4.6.7.2.3 Temperatura de trabalho -10 °C a 55 °C (14 °F a 131 °F)

1.4.6.7.2.4 Umidade de trabalho 0 a 95%

1.4.6.7.2.5 Dimensões Corpo da fechadura: 238 mm  $\times$  45 mm  $\times$  25 mm

1.4.6.7.2.6 Placa: 182 mm  $\times$  38 mm  $\times$  12,5 mm

1.4.6.7.2.7 Pressão entre 260 a 280 kg

1.4.6.7.2.8 Temperatura da superfície  $\leq$  Temperatura ambiente +20 °C (68 °F)

1.4.6.7.2.9 Suporte de Fechadura Magnética

#### **1.4.6.7.3 Fonte de alimentação**

1.4.6.7.3.1 Tensão de entrada 100 a 230 VAC, tensão de saída 12 VDC, potência de saída 24 W

1.4.6.7.3.2 MTBF (Tempo médio entre falhas) > 200.000 horas

1.4.6.7.3.3 Proteção contra curto-circuito, excesso de carga e sobretensão

1.4.6.7.3.4 Bateria de armazenamento

#### **1.4.6.7.4 Acionador de emergência**

1.4.6.7.4.1 Fonte de energia Máx. 36 VCC, 3 A

1.4.6.7.4.2 Temperatura de trabalho -10 °C a 55 °C (14 °F a 131 °F)

1.4.6.7.4.3 Umidade de trabalho 0 a 95%

1.4.6.7.4.4 Dimensões 86 mm × 86 mm × 50 mm

1.4.6.7.4.5 Peso 0,2 kg (0.44 lb)

#### **1.4.6.7.5 Botão de saída No-Touch**

1.4.6.7.5.1 Botão sem toque padrão 4x2

1.4.6.7.5.2 Contato NA/NF/COM

1.4.6.7.5.3 Tensão Máxima 3A - 36VDC

1.4.6.7.5.4 1.000.000 de acionamentos

1.4.6.7.6 Mola Hidráulica Aérea

1.4.6.7.6.1 Ajuste de velocidade Lenta de Fechamento de 0 a 15°

1.4.6.7.6.2 Ajuste de Velocidade Rápida de Fechame. de 15° a 180°

1.4.6.7.6.3 MCBF 1.000.000 de Ciclos

1.4.6.7.6.4 Temperatura de trabalho -30 °C to 50 °C (-22 °F to 122 ° F)

#### **1.4.6.8 CATRACA TRIPÉ COM RECONHECIMENTO FACIAL**

1.4.6.8.1 Catraca Tripé com Reconhecimento Facial

1.4.6.8.1.1 LED indica o status de entrada/saída e passagem.

1.4.6.8.1.2 MCBF > 3 milhões de vezes

1.4.6.8.1.3 Botão de saída 2

1.4.6.8.1.4 Entrada de alarme 1

1.4.6.8.1.5 Taxa de transferência Mais de 35 pessoas por minuto

1.4.6.8.1.6 Material de barreira Aço inoxidável SUS304

1.4.6.8.1.7 Material do pedestal Aço inoxidável SUS304

1.4.6.8.1.8 Fonte de energia

1.4.6.8.1.9 Fonte de alimentação comutada: 100 a 240 VAC; 50 a 60 Hz

1.4.6.8.1.10 Adaptador de energia: 100 a 240 VAC; 50 a 60 Hz

1.4.6.8.1.11 Terminal de reconhecimento facial

1.4.6.8.1.12 Tela de toque LCD de 7 polegadas, lente grande angular de 2 megapixels

1.4.6.8.1.13 Distância de reconhecimento: 0,3 a 3 m

1.4.6.8.1.14 Rosto reconhecimento duração < 0.2 s/Usuário

1.4.6.8.1.15 A taxa de precisão do reconhecimento facial ≥ 99%

1.4.6.8.1.16 Detecção de máscara facial

1.4.6.8.1.17 Capacidade de 50.000 faces, 10.000 impressões digitais (com módulo de impressão digital) e 150.000 eventos capacidade

1.4.6.8.1.18 Suporta ISAPI, ISUP 5.0, TCP/IP (IPv4 e IPv6)

1.4.6.8.1.19 Suporta o reconhecimento de uma única pessoa e várias pessoas (até 5 pessoas)

1.4.6.8.1.20 Interface de rede 1 RJ-45, 10/100/1000 M auto adaptável

1.4.6.8.1.21 Controle de bloqueio 1

1.4.6.8.1.22 Botão Sair 1

1.4.6.8.1.23 Entrada de contato da porta 1

1.4.6.8.1.24 Entrada de alarme 2

1.4.6.8.1.25 Saída de alarme 1

#### **1.4.6.9 CATRACA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

1.4.6.9.1 Catraca PNE

- 1.4.6.9.1.1 MCBF > 3 milhões de vezes
- 1.4.6.9.1.2 Taxa de passagem 20 a 60 pessoas por minuto
- 1.4.6.9.1.3 Temperatura de trabalho -10 °C a 45 °C (14 °F a 113 °F)
- 1.4.6.9.1.4 Material de proteção Tubo de aço inoxidável; Vidro acrílico
- 1.4.6.9.1.5 Pedestal de material Aço inoxidável SUS304

#### **1.4.6.10 DESKTOP PARA O CADASTRO DE VISITANTES + 2 MONITORES 24" + MOUSE + TECLADO (1(UM) PARA CADA POSTO DE CONTROLE DE ACESSO)**

- 1.4.6.10.1 Deverá possuir arquitetura X64
- 1.4.6.10.2 A frequência real baseada no processador deverá ser igual ou superior a 3.0 GHz (gigahertz). Independente da data de fabricação ou geração do mesmo.
- 1.4.6.10.3 Deverá possuir quantidade de Núcleos igual ou superior a 12 (doze).
- 1.4.6.10.4 O tamanho total do cache deverá ser igual ou superior a 20 MB (megabytes).
- 1.4.6.10.5 A memória RAM instalada deverá ser igual ou superior a 16 GB (gigabytes).
- 1.4.6.10.5.1 A capacidade total da memória RAM Igual ou superior a 32 GB (gigabytes).
- 1.4.6.10.5.2 A memória RAM deverá possuir tecnologia igual ou superior a DDR5.
- 1.4.6.10.6 O dispositivo de armazenamento deverá ser Igual ou superior a 256 GB, com tecnologia SSD (solid-state-drive).
- 1.4.6.10.7 Interface de rede Ethernet Padrão igual ou superior a 802.3ab (1000 BASE-T) com conector no formato RJ-45.
- 1.4.6.10.8 Deverá possibilitar a utilização de 2 monitores de vídeos externos simultaneamente, com utilização da área de trabalho de modo estendido.
- 1.4.6.10.9 Deverá possuir memória de vídeo dedicada de 4 GB (gigabytes), no mínimo.
- 1.4.6.10.9.1 Deverá possuir duas ou mais interfaces de conexão HDMI.

##### **1.4.6.10.10 Do gabinete:**

- 1.4.6.10.10.1 Deverá possuir quatro ou mais portas USB 2.0, frontal ou traseira.
- 1.4.6.10.10.2 Deverá possuir duas ou mais portas USB 3.0, frontal ou traseira.
- 1.4.6.10.10.3 Deverá possuir no mínimo uma entrada para microfone e uma saída para fones de ouvido ou alto-falantes externos.
- 1.4.6.10.10.4 Deverá possuir cooler na parte frontal, traseira ou lateral, adequado a refrigeração do equipamento.
- 1.4.6.10.10.5 Deverá possuir identificadores luminosos frontais, indicando atividade do dispositivo de armazenamento.
- 1.4.6.10.10.6 Deverá possuir fonte Full Range de 100-240 vac com PFC (power factor correction) ativo, adequado a configuração do equipamento.
- 1.4.6.10.10.7 Deverá possuir o novo padrão de tomadas NBR 14136/12.

##### **1.4.6.10.11 Do teclado:**

- 1.4.6.10.11.1 Deverá estar em conformidade com a norma ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa e com dispositivo de ajuste de altura.
- 1.4.6.10.11.2 Deverá ser Plug and Play e compatível com o hardware do equipamento fornecido.
- 1.4.6.10.11.3 Deverá possuir interface USB

##### **1.4.6.10.12 Do mouse:**

- 1.4.6.10.12.1 Deverá possuir tecnologia Óptica.
- 1.4.6.10.12.2 Deverá possuir quantidade de botões igual ou superior a 2.
- 1.4.6.10.12.3 Deverá possuir botão de rolagem (Scroll Wheel).
- 1.4.6.10.12.4 Deverá possuir resolução igual ou superior a 1600 DPI (dots per inch).
- 1.4.6.10.12.5 Deverá ser Plug and play e compatível com o equipamento fornecido.
- 1.4.6.10.12.6 Deverá possuir interface USB
- 1.4.6.10.12.7 Deverá possuir cabo com comprimento igual ou superior a 1,5 metros.
- 1.4.6.10.13 Deverá acompanhar licença de uso perpétua para Microsoft Windows 11 Professional (64 bits).
- 1.4.6.10.13.1 O equipamento deverá ser entregue com o sistema operacional instalado e em pleno funcionamento.
- 1.4.6.10.13.2 O idioma do sistema operacional deverá ser Português do Brasil (PT-BR).
- 1.4.6.10.14 Todos os componentes ofertados nos equipamentos devem atender aos requisitos mínimos solicitados na forma nativa, é vetado o uso de emulações ou quaisquer outros meios que venham a alterar tais características para atender estes requisitos.

#### **1.4.6.11 MONITOR LED (para os itens 1.4.6.1; 1.4.6.2 e 1.4.6.3.)**

- 1.4.6.11.1 Polegadas: minimamente de 24"
- 1.4.6.11.2 Proporção da Tela: 16:9
- 1.4.6.11.3 Resolução da Tela: 1920\*1080
- 1.4.6.11.4 Tipo de Pannel: LED
- 1.4.6.11.5 Brilho: 200cd/m2
- 1.4.6.11.6 Contraste: 1000:1
- 1.4.6.11.7 Suporte a Cores de Exibição: 16bit
- 1.4.6.11.8 Quantidade de Cores: 16.7M
- 1.4.6.11.9 Taxa de Atualização: 165hz
- 1.4.6.11.10 Ângulo de Visão: H/V:178
- 1.4.6.11.11 Tempo de Resposta: 1ms
- 1.4.6.11.12 Conector de Entrada: HDMI
- 1.4.6.11.13 Consumo de Energia em Watts: 30W
- 1.4.6.11.14 Tensão de Entrada: AC100-240 VAC 50/60HZ
- 1.4.6.11.15 Deverá acompanhar suporte de altura ajustável, rotação e inclinação, possibilitando o giro da tela da orientação paisagem para retrato, ou vice-versa.

#### **1.4.6.12 SWITCH (para os itens 1.4.6.2, 1.4.6.3, 1.4.6.4, 1.4.6.6. e 1.4.6.7)**

- 1.4.6.12.1 Switch Fast Ethernet Smart POE de 16 portas
- 1.4.6.12.2 16 portas × 10/100M PoE, 1 porta × Gigabit RJ45, 1 combo × Gigabit
- 1.4.6.12.3 Orçamento total de energia PoE 130 W
- 1.4.6.12.4 Suporte 802.1Q VLAN
- 1.4.6.12.5 Suporte PoE watchdog para detectar e reiniciar as câmeras que não respondem
- 1.4.6.12.6 Suporte à prevenção de loop STP/RSTP
- 1.4.6.12.7 Suporte a detecção de cabos para localizar falhas
- 1.4.6.12.8 Transmissão PoE de longo alcance de até 300 m
- 1.4.6.12.9 Proteção contra surtos de 6 kV
- 1.4.6.12.10 Padrão IEEE 802.3af, IEEE 802.3at

#### **1.4.6.13 NOBREAK (para os itens 1.4.6.1, 1.4.6.2, 1.4.6.3, 1.4.6.4, 1.4.6.5, 1.4.6.6 e 1.4.6.10)**

- 1.4.6.13.1 Potência: de 1200 VA à 1800VA
- 1.4.6.13.2 Ruído de rede elétrica
- 1.4.6.13.3 Sobretensão de rede elétrica
- 1.4.6.13.4 Subtensão de rede elétrica
- 1.4.6.13.5 Surtos de tensão na rede
- 1.4.6.13.6 Correção de variação da rede elétrica por degrau
- 1.4.6.13.7 Tensão de Entrada Bivolt Automático
- 1.4.6.13.8 LED frontal de indicação (Funcionamento/Falha)

#### **1.4.6.14 CÂMERA CORPORAL / DOCK STATION**

- 1.4.6.14.1 Câmera corporal - Body cam
  - 1.4.6.14.1.1 Deverá possuir no mínimo a seguinte resolução: 1080p @ 25 fps
  - 1.4.6.14.1.2 Deverá possuir Codec H.264, H.265
  - 1.4.6.14.1.3 Deverá possuir Bateria de 2800mAh
  - 1.4.6.14.1.4 Deverá possuir 12 horas de gravação
  - 1.4.6.14.1.5 Deverá possuir GPS integrado, módulos Wi-Fi
  - 1.4.6.14.1.6 Deverá possuir Luzes IR comutáveis
  - 1.4.6.14.1.7 Deverá possuir índice de Proteção: IP68 (resistente à água e poeira)
  - 1.4.6.14.1.8 Deverá possuir proteção à prova de quedas
  - 1.4.6.14.1.9 Deverá possuir botão de Chamada de Emergência
  - 1.4.6.14.1.10 Deverá possuir Tempo de gravação extra-longo
  - 1.4.6.14.1.11 Deverá possuir Informação em tempo real no centro de monitoramento
  - 1.4.6.14.1.12 Deverá possuir Visualização da localização em tempo real dos agentes

1.4.6.14.1.13 Armazenamento: 128GB de memória interna.

1.4.6.14.1.14 GPS: Integrado para localização e rastreamento.

1.4.6.14.1.15 Alcance IR: 10 metros para gravação noturna.

1.4.6.14.1.16 Resistência a Quedas: Até 2 metros de altura

#### **1.4.6.14.2 Estação de carregamento - Dock Station**

1.4.6.14.2.1 Deverá possuir Design de sistema duplo Android e Linux

1.4.6.14.2.2 Deverá Suportar montagem em parede, montagem em suporte móvel e montagem em mesa

1.4.6.14.2.3 Deverá possuir Tela sensível ao toque de 13,3 polegadas com resolução de 1920x1080

1.4.6.14.2.4 Deverá possuir 8 portas de câmera usadas no corpo por padrão; expansível até 32 portas

1.4.6.14.2.5 Deverá Suportar 4 discos rígidos (até 8 TB cada) com RAID0, RAID1 e RAID5 personalizáveis

1.4.6.14.2.6 Deverá suportar Desbloqueio da câmeras por reconhecimento facial ou verificação de senha

1.4.6.14.2.7 Deverá possuir Portas escaláveis (8, 16, 24 ou 32) câmeras

1.4.6.14.2.8 Deverá suportar Autenticação usando usuário e senha

1.4.6.14.2.9 Deverá suportar Autenticação por reconhecimento facial.

1.4.6.14.2.10 Deverá armazenar as imagens por no mínimo 15 (quinze) dias.

#### **1.4.6.15 A CONTRATADA deverá ser disponibilizar através de API/Webhook/Websocket**

1.4.6.15.1 Imagens em tempo real e informações das câmeras;

1.4.6.15.2 Coordenadas geográficas das câmeras;

1.4.6.15.3 Informações de sensores, Cancelas com captura e reconhecimento automático de placas veiculares (LPR), Controladores de Acesso, Catracas e Alarmes;

1.4.6.15.4 Informações de eventos ou ocorrências registrados no sistema de monitoramento.

### **1.4.7 DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

1.4.7.1 O sistema integrado de vigilância eletrônica é composto por três sistemas interdependentes: O Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV), o Sistema de alarme e o Sistema de Controle de Acesso.

1.4.7.1.1 Os sistemas devem ter capacidade de operar de forma independente e ao mesmo tempo possuírem a capacidade de interoperabilidade através de uma única plataforma, ou seja, os sistemas devem poder se comunicar de tal forma que as ações iniciadas em um sistema sejam recebidas e tratadas no outro sistema, permitindo a ampliação da segurança pelas diversas possibilidades da configuração integrada.

1.4.7.1.2 Todas as informações compartilhadas através das integrações deverão manter a mesma qualidade de imagens e áudio e a mesma velocidade de compartilhamento e acesso.

1.4.7.2 A Contratada deverá garantir total compatibilidade entre os componentes (equipamentos e softwares fornecidos), independente da opção por fornecer ou não solução integrada de um mesmo fabricante.

1.4.7.3 Os materiais ofertados tais como equipamentos, produtos, peças ou softwares necessários à solução deverão ser novos (primeiro uso) e não constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end of sale, end of support ou end of life do fabricante. Ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

1.4.7.4 A Contratada deverá possuir todas as licenças de software, equipamentos e dos sistemas operacionais dos servidores, bem como todas as licenças e bancos de dados necessários para o pleno funcionamento de toda a solução ofertada.

1.4.7.5 Tanto o sistema de CFTV como o sistema de alarme e o de Controle de Acesso, deverão possuir circuito de alimentação alternativa, via nobreak, na ocasião da falta de energia da rede elétrica, sendo capaz de suprir a necessidade dos componentes por um período mínimo de 4 (quatro) horas;

1.4.7.6 No que diz respeito aos materiais e insumos para a instalação dos equipamentos e da infraestrutura do local, fica estabelecido que a Contratada fornecerá todas as ferramentas, equipamentos, materiais, recursos e insumos necessários para a instalação, bem como o transporte e a logística destes itens, sem ônus adicional ao Contratante.

1.4.7.7 A contratada deverá manter toda solução em perfeito funcionamento durante a vigência Contratual, corrigindo as eventuais falhas e defeitos que porventura aconteçam. Sem ônus adicional ao Contratante.

1.4.7.8 Toda execução contratual será acompanhada por profissional habilitado e capacitado para atender o contrato, podendo a Contratada designá-lo formalmente como preposto, o qual será o responsável técnico dos serviços.

1.4.7.9 A solução integrada de Vigilância eletrônica deverá conter rastreamento de pessoas para pesquisa forense, permitindo pesquisar uma pessoa em um banco de dados para todas as ações de entrada, e permitindo que os vídeos gravados dessa pessoa sejam mostrados rapidamente. Ex: uma porta pode ser pesquisada para todas as pessoas que passaram por esta, para a investigação de vídeo rápido.

1.4.7.10 O Serviço de Videomonitoramento será composto por câmeras, com servidor de gerenciamento, servidores de armazenamento, estações de monitoramento, switches, infraestrutura completa, serviços de instalação, configuração e capacitação técnica, com as devidas integrações de controle de acesso listadas neste Termo de Referência.

1.4.7.11 Caso haja a necessidade de fornecimento de postes para suportar algumas câmeras, estes serão fornecidos pela empresa contratada após análise de especificação do poste pelo Gestor do contrato. Nesse caso, também deverá ser analisada a necessidade de instalação de para raio, aterramento, etc., que também correrão às expensas da

contratada;

1.4.7.12 As câmeras deverão ser instaladas em ambiente interno e externo, devendo disponibilizar as imagens do perímetro da unidade;

1.4.7.12.1 Toda a infraestrutura a ser instalada nas dependências das Unidades deverá seguir os padrões técnicos estabelecidos pela CONTRATANTE;

1.4.7.12.2 A CONTRATADA não poderá compartilhar a infraestrutura de rede da CONTRATANTE;

1.4.7.12.3 Os racks disponíveis na estrutura da CONTRATANTE não poderão ser compartilhados em hipótese alguma pela CONTRATADA;

1.4.7.12.4 A infraestrutura de rede (ativos e passivos) e equipamentos instalados pela CONTRATADA em todas as unidades da CONTRATANTE, deverão estar devidamente identificados, através de etiquetas, anilhas de identificação ou outro meio;

1.4.7.13 Cada unidade deverá possuir monitor de LED, LCD ou tecnologia superior com tamanho mínimo de 24", na proporção de 1 monitor para no máximo 16 câmeras;

1.4.7.13.1 Caso a Unidade possua instalado mais de 16 câmeras, deverá instalar tantos monitores quanto o necessário para visualização local de todas as câmeras da unidade simultaneamente;

1.4.7.14 O Sistema de alarme deverá contemplar uma Central de Alarme mínima de 60 usuários, com no mínimo de 2 partições, suporte mínimo para 2 teclados, proteção contra curto-circuito e sobrecarga, teclado para ativação/desativação, aviso sonoro e visual (led) de sistema ativado/desativado, iluminação nas teclas e sirene com potência sonora mínima de 100 DB;

1.4.7.15 O Sistema de Controle de Acesso (SCA) deverá ser fornecido com todos os elementos necessários ao funcionamento do sistema, como controladores, leitores, estações de cadastramento, switches, infraestrutura completa, serviços de instalação, configuração, capacitação e assistência técnica.

1.4.7.16 A solução deverá operar com atualizações em tempo real, exibindo e armazenando os eventos conforme eles vão ocorrendo. Deve possuir uma arquitetura de inteligência e distribuída que deverá ser composta de módulos de gerenciadores de sistema, de tal forma que dispensem a necessidade da conexão permanente com o sistema principal e com o servidor de banco de dados. Tais módulos gerenciadores deverão armazenar localmente as regras de acesso para cada usuário cadastrado e os eventos autorizados ou negados conforme ocorrerem. Estes módulos gerenciadores deverão ser continuamente monitorados pelo servidor principal, que informará se a comunicação foi interrompida, e realizará as demais ações necessárias para o restabelecimento do funcionamento normal do sistema;

1.4.7.17 A inoperância de um dispositivo não poderá paralisar o funcionamento dos demais. A inoperância de uma catraca não poderá paralisar o funcionamento das demais, que devem funcionar de forma independente.

1.4.7.18 O sistema de controle de acesso deve estar baseado em uma solução de software que permita um gerenciamento integrado, por meio da rede dedicada LAN/WAN considerando os aspectos de segurança, e o usuário poderá acessar as mesmas informações a que teria acesso na sala de monitoramento de segurança a partir de qualquer estação de trabalho que esteja conectada à rede, permitindo conexões simultâneas.

1.4.7.19 O funcionamento da solução deve ser online e o modo offline deverá ser utilizado somente em situações de contingência, isto é, a solução deve prosseguir sua operação normal, com apoio de memória local, durante eventuais indisponibilidades da rede.

1.4.7.20 A solução deve migrar entre as condições online e offline sem necessidade de intervenção de operador e deverá detectar automaticamente o retorno da disponibilidade da rede e sincronizar-se com a base de dados centralizada.

1.4.7.21 Todos os elementos de controle de acessos devem estar em conformidade com os regulamentos de evacuação, legislação e determinações do Corpo de Bombeiros do local.

1.4.7.22 A solução deve possuir sistema de autoproteção, auto verificação de falhas (Corte de linha ou cabo, Curto Circuito de sirene e etc), sistema alternativo de energia alimentado por bateria lacrada, e supervisionamento de corte de linha de transmissão dos dados.

1.4.7.23 A solução do sistema de controle de acesso deve permitir ou restringir o acesso dos locais, de acordo com a permissão de cada usuário cadastrado.

1.4.7.24 A solução deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei no 13.709/2018.

#### 1.4.7.24.1 CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1.4.7.24.1.1 A CONTRATADA declara-se ciente de que a execução contratual envolve o tratamento de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo tais dados coletados por meio de imagens, sons, sistemas de monitoramento, controle de acesso facial, reconhecimento de placas, entre outros meios.

1.4.7.24.1.2. O Município de Joinville atuará como Controlador dos dados, sendo a CONTRATADA considerada Operadora, comprometendo-se esta a realizar o tratamento dos dados pessoais exclusivamente de acordo com as instruções documentadas da CONTRATANTE e para fins legítimos e compatíveis com o contrato e a legislação vigente.

1.4.7.24.1.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição acidental ou ilícita, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se as melhores práticas de segurança da informação e os princípios da minimização, necessidade e finalidade.

1.4.7.24.1.4. A CONTRATADA deverá incorporar, em todos os seus processos, sistemas e equipamentos utilizados, os princípios da privacidade desde a concepção (Privacy by Design) e da privacidade por padrão (Privacy by Default),

adotando soluções técnicas e organizacionais que garantam a proteção de dados em todo o ciclo de vida do serviço, incluindo, mas não se limitando a: minimização e limitação do tratamento ao necessário para cumprimento do contrato; uso de criptografia, autenticação segura e controle de acessos com registro de logs; gestão de perfis de acesso; capacidade de anonimização ou pseudonimização dos dados sempre que viável; atualização periódica das soluções de segurança e controle.

1.4.7.24.1.5. Na ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, apresentando, em até 48 (quarenta e oito) horas, relatório técnico contendo a descrição do ocorrido, os dados afetados, medidas adotadas e responsáveis pelo tratamento.

1.4.7.24.1.6. Todos os colaboradores, subcontratados ou terceiros que atuarem na prestação dos serviços deverão ser previamente treinados em segurança da informação e proteção de dados pessoais, mediante capacitação documentada e contínua, podendo a CONTRATANTE solicitar as evidências a qualquer tempo.

1.4.7.24.1.7. O armazenamento de dados e imagens deve observar os prazos técnicos definidos no contrato, sendo obrigatória a eliminação segura dos dados ao término do contrato, salvo obrigações legais ou expressa deliberação da CONTRATANTE.

1.4.7.24.1.8. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias para verificação do cumprimento da legislação de proteção de dados, devendo a CONTRATADA garantir acesso aos sistemas, registros e demais evidências técnicas relacionadas à prestação do serviço.

1.4.7.24.1.9. Havendo transferência internacional de dados no âmbito deste contrato, a CONTRATADA se compromete a observar o disposto nos artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando a adoção de cláusulas contratuais específicas, garantias adequadas e conformidade com os padrões exigidos pela ANPD, bem como comunicando de forma expressa a CONTRATANTE.

1.4.7.24.1.10. É obrigatória a assinatura, por parte dos colaboradores, prepostos, subcontratados e terceiros da CONTRATADA que tenham acesso a dados pessoais no âmbito da execução contratual, de Termo de Confidencialidade e Sigilo, comprometendo-se a manter a privacidade das informações acessadas e a não utilizá-las para qualquer fim alheio ao contrato, nem compartilhá-las com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE.

1.4.7.24.1.11. O descumprimento das cláusulas de proteção de dados sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no contrato e à responsabilidade civil ou penal cabível, podendo a CONTRATANTE exercer o direito de regresso em caso de condenação ou dano a titulares de dados.

1.4.7.25 A CONTRATADA deverá se disponibilizar a assinar um Termo de Sigilo e Confidencialidade.

1.4.7.26 Todos os itens descritos neste Termo, mesmo que operem individualmente, deverão se interoperar em uma única plataforma, sendo disponibilizadas todas as suas funcionalidades unificadas na mesma.

1.4.7.27 Todo e qualquer software, câmera ou dado deste Termo deverá ser passível de interoperabilidade por API com outros softwares.

1.4.7.28 As imagens das câmeras devem ser integradas e acessíveis nos sistemas utilizados pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT ficando sob responsabilidade da CONTRATADA a integração, custo e todos os caminhos necessários com o sistema de monitoramento vigente.

## **1.4.8 CENTRO DE COMANDO OPERACIONAL**

### **1.4.8.1 REQUISITOS DE ARQUITETURA:**

1.4.8.1.1 A Solução deve ser executada em cloud computing mantido ou contratado pela CONTRATADA e possuir interface de acesso em arquitetura web (acessível através de browser) além de ser disponibilizado como SaaS, independente da linguagem utilizada para construção dos sistemas/serviços (back end) e das interfaces (front end);

1.4.8.1.2 A infraestrutura de datacenter, mantido ou contratado pela CONTRATADA, deve possuir redundância em duas ou mais zonas de disponibilidade em regiões diferentes, em território nacional, garantindo disponibilidade dos sistemas no mínimo em 99,5% do tempo;

1.4.8.1.3 Todos os links devem ser dimensionados pela CONTRATADA de acordo com as necessidades da solução;

1.4.8.1.4 A infraestrutura de datacenter, mantido ou contratado pela CONTRATADA, deve estar em conformidade e cumprir com os requisitos de pelo menos: CIS Benchmark, CSA-Start attestation, CSA-STAR certification, CSA-STAR self assessment, ISO 20000-1:2011, ISO-22301, ISO-27001, ISO-27017, ISO-27018, ISO-27701 e ISO-9001;

1.4.8.1.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar de uma equipe de gerenciamento, monitoração e resposta a incidentes de segurança 24 horas por dia, 7 dias por semana para tratar possíveis eventos;

1.4.8.1.6 A CONTRATADA deverá garantir a segurança dos dados e a privacidade dos cidadãos, aderindo a regulamentos de proteção de dados e garantindo que apenas pessoal autorizado possa acessar as informações;

1.4.8.1.7 A Solução deverá utilizar preferencialmente, os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados – SGBD gratuitos como MySQL, PostgreSQL, MariaDB ou MongoDB;

1.4.8.1.7.1 Caso a solução utilize um SGBD com licenciamento pago, os custos deverão ser pagos pela CONTRATADA.

1.4.8.1.7.2 A Solução deverá garantir a integridade das informações contidas no banco de dados, contra qualquer meio, ameaça ou falhas que venham a ocorrer durante o funcionamento dos sistemas.

1.4.8.1.8 A solução de gerenciamento de IaaS multi-cloud utilizada pela CONTRATADA deve permitir a migração e movimentação de processos/serviços entre diferentes IaaS simplificando a transferência dos dados e continuidade dos serviços ao término do contrato.

1.4.8.1.9 A Solução deverá manter a escalabilidade e performance para tratar o volume de dados e usuários, bem como o crescimento da base de dados e de usuários.

1.4.8.1.10 A CONTRATADA deverá mensurar e alocar os recursos dos servidores de forma a manter a solução em pleno funcionamento.

1.4.8.1.11 A CONTRATADA deverá criar e manter rotinas de backup, e em caso de desastres, efetuar a recuperação dos dados.

1.4.8.1.12 A Solução deverá permitir a rastreabilidade de operações para auditoria, de modo a garantir a estruturação de um histórico de alterações, que permita consultar as operações realizadas pelos diversos usuários, informando, no mínimo, quem realizou a operação, o que foi realizado durante a operação, quando (data, hora, minuto e segundo) e onde (endereço lógico) foi realizada a operação.

1.4.8.1.13 A Solução deve possibilitar a retenção de dados dada a sua utilização para auditoria.

1.4.8.1.14 A Solução deverá registrar e permitir a consulta dos acessos e das tentativas de acesso à Solução (login).

1.4.8.1.15 A Solução deverá garantir a recuperação de dados históricos independentemente de mudanças nas estruturas das tabelas ao longo da vida da Solução.

1.4.8.1.16 A solução deve contar com todas as ferramentas necessárias a garantir a segurança da plataforma de ponta a ponta criando um modelo de múltiplas camadas de segurança como forma mitigar ataques, violações, vazamentos e garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade, contando com criptografia para todo o tráfego, bases de dados, dados e arquivos armazenados, utilização de SSL/TLS, firewall (UTM, NGFW), WAF (Web Application Firewall), CDN, VPN e outras tecnologias para garantir a comunicação segura através de redes, deve possuir interface para definição de regras de acesso, priorização, bloqueio e ação baseada em variáveis, interfaces gerenciamento da infraestrutura e de redes com monitoramento, segregação (ex.: Vlan) e outras ferramentas de controle disponíveis nas camadas de rede.

1.4.8.1.17 A solução deve possuir registro e alerta para ajudar a detectar qualquer atividade não autorizada, incluindo uma segunda linha de defesa com a detecção e resposta de endpoint gerenciado para complementar a segurança da Plataforma.

## **1.4.8.2 DESCRIÇÃO GERAL DO SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO**

1.4.8.2.1 O sistema deverá ser compatível com os equipamentos descritos neste termo de referência de forma a gerar total integração entre as funções, garantindo o funcionamento integral das funções solicitadas e dos demais equipamentos que serão integrados à plataforma. O sistema deverá promover:

1.4.8.2.1.1 Detecção automática de modelo de câmera e dispositivos: devem suportar os modelos de câmeras a ser contratados, codificadores de vídeo IP, utilizando métodos plug and play, broadcast e varredura por faixa de IP;

1.4.8.2.1.2 Gravação contínua ou ativada por movimento, evento ou agendamento;

1.4.8.2.1.3 Rede e armazenamento otimizados: deve suportar multi-streaming que otimiza a banda usando novos métodos de compressão; H.264 e H.265;

1.4.8.2.1.4 Deve ser capaz de armazenar conteúdo em vídeo que não são críticos em diferentes topologias e arquitetura de armazenamento;

1.4.8.2.1.5 Deve suportar a detecção de movimento, independente do modelo da câmera; seja pelo servidor ou câmera ou simultaneamente;

1.4.8.2.1.6 API/SDK suportando integração com hardware, software e aplicativos de terceiros;

1.4.8.2.1.7 Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis Onvif;

1.4.8.2.1.8 Deve permitir exibição do alerta gerado pelos dispositivos, através do processamento dos metadados recebido das câmeras / encoders, mostrando os quadros (overlay) nos formatos e cores gerados pelos dispositivos;

1.4.8.2.1.9 Deve possuir solução de videowall integrada;

1.4.8.2.1.10 Gerenciamento centralizado: O software de administração deve oferecer um acesso único e consolidado para configuração dos servidores de gravação, mesmo em instalações multisites;

1.4.8.2.1.11 Opção de configuração em massa: deve alterar as configurações em vários dispositivos ao mesmo tempo com poucos cliques; independentemente de estarem no mesmo site ou remotos;

1.4.8.2.1.12 Exportação / importação de dados de configuração do sistema e de usuários;

1.4.8.2.1.13 Sistema de backup, com este sendo feito diariamente, para a operação do sistema confiável e rápida recuperação do sistema, mantendo as informações armazenadas por um período de 30 dias úteis e no caso de imagens de ocorrências pelo período de 180 dias;

1.4.8.2.1.14 Sistema automático de pontos de restauração: deve permitir a reversão fácil de pontos de configuração previamente definidos, permitindo o cancelamento de mudanças de configuração indesejados e a restauração de configurações anteriores válidas;

1.4.8.2.1.15 Deve permitir a personalização da interface de administração de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções e ocultando / desabilitando partes da interface para evitar o acesso indevido a ações restritas.

1.4.8.2.1.16 Todas as imagens obtidas com os equipamentos descritos neste documento deverão ser armazenadas e transmitidas no mínimo em FULL HD, possibilitando assim a identificação de características específicas quando o zoom for aplicado.

1.4.8.2.1.17 Todas as licenças necessárias para o uso e operação do serviço presente neste Termo de Referência fica a cargo da empresa, tais como custos, manutenção, implantação etc.

## **1.4.8.3 O SISTEMA COMPOSTO POR UMA PLATAFORMA UNIFICADA DEVERÁ ATENDER OS SEGUINTE**

## **REQUISITOS:**

### **1.4.8.3.1 OPERAÇÃO**

- 1.4.8.3.1.1 Visualização ao vivo e reprodução: com suporte para visualizar simultaneamente, até 64 câmeras de vários servidores para computadores e até 16 câmeras em dispositivos móveis;
- 1.4.8.3.1.2 Exibições de Janelas/Layouts: deve trabalhar com exibições contendo até 8x8 câmeras, sequencial, vídeos ao vivo ou gravados, mapas HTML, distribuídos em todos os monitores do computador;
- 1.4.8.3.1.3 PTZ inteligente: deve possuir controle manual, presets, macros (vá à preset quando evento), patrulhamento com esquemas múltiplos (pattern), comandos para limpador (palheta) e esguicho de água, controle por joystick e teclado/mouse;
- 1.4.8.3.1.4 Controle de Entradas/Saídas de Alarme: de câmeras ou dispositivos de I/O, de forma a criar botões/eventos manuais, ou receber sinais de sistemas de intrusão ou controle de acesso;
- 1.4.8.3.1.5 Áudio multicanal bidirecional: deve permitir áudio ao vivo/gravado com reprodução instantânea no PC cliente, transmitindo voz pelo microfone a alto-falantes remotos;
- 1.4.8.3.1.6 Deve permitir gravação de áudio sincronizada a qualquer canal de vídeo;
- 1.4.8.3.1.7 Gravação manual: deve ser baseada em privilégios de acesso definido pelo administrador;
- 1.4.8.3.1.8 Deve possuir a geração de evidência através de quadros comentados (storyboard) permitindo maior detalhamento de trechos de vídeo e alarmes exportados;
- 1.4.8.3.1.9 Backup de Evidência: JPEG, MP4 e formatos de dados nativos com software visualizador stand-alone, criptografia, registros, notas de usuários e impressão de relatórios;
- 1.4.8.3.1.10 Autenticação: contas de usuário, permitir autenticação via OAuth 2.0 e nativos como os Active Directory da rede da Prefeitura Municipal;
- 1.4.8.3.1.11 Autorização: contas de usuário e grupos do Microsoft Active Directory e perfis de usuário nativos do sistema, todos os privilégios de acesso/controle de ações permitidas no nível da câmera;
- 1.4.8.3.1.12 Deve suportar auditoria de usuários, registrando ações do usuário, comandos de operação do usuário por tempo, localizações, câmeras e operação do sistema;
- 1.4.8.3.1.13 Alerta: deve notificar os usuários por som, voz (cortana por exemplo) ou e-mail em caso de detecção de evento;

### **1.4.8.3.2. SERVIÇO DE GRAVAÇÃO**

- 1.4.8.3.2.1 Deve possuir gravação digital simultânea de vários canais de vídeo e áudio;
- 1.4.8.3.2.2 Deve possuir otimização da largura de banda devido ao multi-streaming, dividindo o fluxo de vídeo da câmera para fluxos diferenciados para ver vídeo ao vivo e gravado;
- 1.4.8.3.2.3 Tecnologia de gravação: banco de dados seguro de alta velocidade de imagens JPEG ou fluxos MPEG4 e H264 e H.265 incluindo áudio;
- 1.4.8.3.2.4 Velocidade de gravação: Mais de 30 frames por segundo por câmera, limitado apenas pelo hardware e rede;
- 1.4.8.3.2.5 Detecção de movimento embutida, em tempo real, com sensibilidade completamente ajustáveis e zonas de exclusão, permitindo ativar a gravação na detecção do movimento ou evento, notificando o alerta por e-mail;
- 1.4.8.3.2.6 Gravação manual baseada em critérios predefinidos e privilégios de acesso;
- 1.4.8.3.2.7 Varredura PTZ em dispositivos suportados: visualização ou gravação enquanto move-se lentamente a partir de uma posição para outra;
- 1.4.8.3.2.8 Em eventos predefinidos comandos devem ser enviados automaticamente para exibir vídeo ao vivo em computadores remotos;
- 1.4.8.3.2.9 Deve possuir recuperação configurável de trechos de vídeo perdidos diretamente da câmera que possui a função de gravação local (seja através de cartão de memória removível ou memória fixa embutida na câmera);
- 1.4.8.3.2.10 Deve possuir serviços de conexão remota aos servidores de imagem;
- 1.4.8.3.2.11 Deve possuir assinatura digital no banco de dados para garantir a integridade do vídeo;
- 1.4.8.3.2.12 Deve possuir monitoramento do sistema/servidor de imagens com relatório de configurações;
- 1.4.8.3.2.13 Deve possibilitar mover dispositivos (câmeras ou grupo de câmeras) entre diferentes servidores de gravação;
- 1.4.8.3.2.14 Deve mover todos os dispositivos associados;
- 1.4.8.3.2.15 Deve dispensar reconfiguração de câmeras.
- 1.4.8.3.2.16 Deve permitir gravação em N+1
- 1.4.8.3.2.17 Deve considerar gravação em 3 camadas criptografadas para todos os dispositivos

### **1.4.8.3.3 SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO E GRAVAÇÃO**

- 1.4.8.3.3.1 Reprodução de gravações de vídeo e áudio localmente no servidor de gravação;
- 1.4.8.3.3.2 Visualização de câmeras com tempo sincronizado durante a reprodução;
- 1.4.8.3.3.3. Deve possuir recurso de lupa na linha de tempo de atividade, possibilitando ampliar ou reduzir a faixa de tempo necessária para dar início à busca por vídeos gravados;
- 1.4.8.3.3.4 Deve permitir pesquisa instantânea em gravações com base na data/hora e atividade/alarme;

- 1.4.8.3.3.5 Deve possuir pesquisa inteligente, detecção de movimento acima do vídeo gravado, devendo poder utilizar os metadados de eventos gerados como ferramenta de busca de imagens;
- 1.4.8.3.3.6 Deve permitir exportação de gravações de imagem JPEG ou em formato padrão de vídeo MP4;
- 1.4.8.3.3.7 Deve permitir exportação de gravações de áudio em formato MP3;
- 1.4.8.3.3.8 Deve possuir criptografia e opção de senha de proteção para gravações e arquivos exportados;
- 1.4.8.3.3.9 Deve possuir interface proprietária, desenvolvida pelo mesmo fabricante e com mesmo código fonte do servidor de gerenciamento e gravação;
- 1.4.8.3.3.10 Deve possuir mesma comunicação/ conceito visual do server side;
- 1.4.8.3.3.11 As informações do sistema devem ser armazenadas no banco de dados do servidor de gerenciamento;
- 1.4.8.3.3.12 Deve vir instalado e licenciado para a totalidade do projeto;
- 1.4.8.3.3.13 Deve ser compatível com as especificações de hardware que comportem o total do projeto (VMS + analíticos + software de gestão operacional);
- 1.4.8.3.3.14 Deve possuir histórico de atividade do usuário do cliente pelo tempo, localidade e câmeras;

#### **1.4.8.3.4 LEITURA E PESQUISA DE PLACAS**

- 1.4.8.3.4.1 Deverá vir licenciado, instalado e funcional nos servidores, considerando o total de câmeras de Leitura de Placas;
- 1.4.8.3.4.2 Permitir a visualização de carros que passarem pelos pontos monitorados;
- 1.4.8.3.4.3 Possuir Mapas integrado, permitindo a visualização das informações da busca no mesmo;
- 1.4.8.3.4.4 Permitir executar busca por placas específicas ou consultas genéricas;
- 1.4.8.3.4.5 Possibilitar busca com filtro por data e hora, tipo de veículo, cor do veículo, marca do veículo;
- 1.4.8.3.4.6 Permitir criar grupos com diferentes níveis de privilégio dentro do sistema para restringir acesso às diferentes funções;
- 1.4.8.3.4.7 Permitir gravar vídeo das câmeras monitoradas ou somente fotos;
- 1.4.8.3.4.8 Deverá ter reprodução do vídeo gravado;
- 1.4.8.3.4.9 Permitir vincular a foto ao vídeo de outras câmeras;
- 1.4.8.3.4.10 O software deverá ser do mesmo fabricante do software de videomonitoramento ou comprovado por ambos os fabricantes a integração;
- 1.4.8.3.4.11 Deverá tratar o banco de dados de pelo menos 200 mil placas e considerar pelo menos 3 listas de veículos, (por exemplo, Viatura, Suspeito, Colaborador);

#### **1.4.8.3.5 RECONHECIMENTO E ARMAZENAMENTO FACIAL**

- 1.4.8.3.5.1 Deverá vir licenciado, instalado e funcional nos servidores, considerando 20% do total de câmeras do certame;
- 1.4.8.3.5.2 Permitir a visualização de faces reconhecidas que passarem pelos pontos monitorados;
- 1.4.8.3.5.3 Possuir Maps integrado, permitindo a visualização das informações da busca no mesmo;
- 1.4.8.3.5.4 Permitir executar busca por faces específicas ou consultas genéricas;
- 1.4.8.3.5.5 Permitir a criação de alertas para disparo quando da identificação de determinado indivíduo (funcionários, clientes, seguranças e outros);
- 1.4.8.3.5.6 Possibilitar busca com filtro por data e hora;
- 1.4.8.3.5.7 Gerar alerta e executar ações conforme eventos e alarmes criados para cada lista de banco de dados facial registrado vs pessoa reconhecida;
- 1.4.8.3.5.8 Deverá permitir a elaboração de relatórios, que poderão ser apresentados em tela, impressos ou exportados para arquivo nas extensões “.csv”, “.pdf” e “.xls”, sendo ao menos os seguintes:
  - 1.4.8.3.5.8.1 Lista de pessoas que tiveram acesso negado ao local;
  - 1.4.8.3.5.8.2 Lista de pessoas que estavam com seu cadastro vencido;
  - 1.4.8.3.5.8.3 Lista de pessoas cadastradas;
  - 1.4.8.3.5.8.4 Lista de pessoas não cadastradas;
  - 1.4.8.3.5.8.5 Lista de pessoas que passaram pelo local em um determinado período;
- 1.4.8.3.5.9 Deverá ser fornecida licença para no mínimo 3000 (três mil) faces;
- 1.4.8.3.5.10 Reconhecimento simultâneo de várias faces em um fluxo de vídeo. As imagens dos rostos devem ser salvos com data, hora e local de acesso. Detecção de face coberta (óculos, barbas e diferentes tipos de cabelo, etc).
- 1.4.8.3.5.11 Possuir tela com lista dom registro de todos os eventos de captura facial ao vivo, assim que as leituras foram feitas, detendo dos seguintes dados;
  - 1.4.8.3.5.11.1 Captura (com imagem borrada);
  - 1.4.8.3.5.11.2 Referência;
  - 1.4.8.3.5.11.3 Informações;

1.4.8.3.5.11.4 Localização com Data, local e nome da câmara que fez a captura.

1.4.8.3.5.11.5 Deve ser possível selecionar câmeras disponíveis para verificar os eventos online.

#### **1.4.8.3.6 CONTROLE DE ACESSO**

1.4.8.3.6.1 Os sistemas de controle de acesso personalizados devem oferecer 5 métodos de credenciais, incluindo impressões digitais, reconhecimento facial, cartões de identificação, códigos QR e códigos PIN.

1.4.8.3.6.2 Estratégias avançadas de acesso para áreas sensíveis, incluindo intertravamento de várias portas, anti-passback, autenticação multifator.

1.4.8.3.6.3 Os mapas eletrônicos interativos devem oferecer uma visão dinâmica de vários sites e status do dispositivo de controle de acesso, tudo em tempo real, bem como atalhos para lidar com eventos e alarmes diretamente a bordo.

1.4.8.3.6.4 Design e impressão de crachás de funcionários com informações essenciais e permissões de acesso, nos padrões elencados pela Contratante.

1.4.8.3.6.5 Manter as portas abertas em emergências quando o sistema de alarme dispara.

1.4.8.3.6.6 Realizar cadastramento, descadastramento e gestão de níveis de acesso de forma centralizada.

1.4.8.3.6.7 Emitir diversos relatórios para gestão eficiente de acesso.

#### **1.4.9 PADRÃO DE INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICO**

1.4.9.1 A solução de segurança licitada deve ser instalada de tal forma que possibilite a segurança à edificação e a seus componentes;

1.4.9.2 A Contratada deve proceder à instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema de vigilância eletrônica obedecendo às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos;

1.4.9.3 Todos os custos de materiais, instalação, desinstalação, manutenção de equipamentos, sistemas e outros serão fornecidos sem ônus para a CONTRATANTE;

#### **1.5 REGISTRO DE CHAMADOS**

1.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, configurável, para os níveis mínimos de serviços exigidos pela CONTRATANTE.

1.5.2 O Suporte Técnico deverá ser realizado in loco ou remoto.

1.5.2.1 Os atendimentos realizados pelos técnicos residentes da CONTRATADA, serão realizados in loco, nas dependências das unidades atendidas pela presente contratação.

1.5.2.2 Os atendimentos remotos, serão realizados mediante registro de chamados em sistema próprio da CONTRATADA.

1.5.3 O atendimento in loco realizado pelos técnicos residentes, bem como o atendimento remoto deverão estar disponíveis das 8:00 às 18:00h de segunda-feira à sexta-feira ou em casos específicos, em outros horários, inclusive finais de semana, feriados e pontos facultativos desde que acordado entre as partes.

1.5.4 A CONTRATADA deverá providenciar um plantão para ser acionado no período não compreendido no item 1.5.3.

1.5.5 O registro de chamados em sistema da CONTRATADA servirá para facilitar o gerenciamento do processo de Suporte Técnico e, deverá suportar transações de abertura, registro, decisões e encaminhamentos dos atendimentos, com monitoramento, análise, avaliação do atendimento, e disponibilidade para o gerenciamento dos níveis de serviços pela CONTRATANTE, devendo conter em sua base de dados no mínimo os seguintes dados acessíveis a CONTRATANTE:

1.5.5.1 Sistema disponível em regime 24X7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana em qualquer período do ano).

1.5.5.2 Dia e Hora de cada chamado efetuado pela CONTRATANTE.

1.5.5.3 Forma de atendimento in loco e remoto.

1.5.5.4 Número de registro de cada demanda/incidente.

1.5.5.5 Dados de identificação do(s) autor(es) do(s) chamado(s).

1.5.5.6 Dados de identificação do(s) atendente(s): nome completo, função na CONTRATADA e contato.

1.5.5.7 Histórico acerca do problema identificado pelo usuário em cada chamado (campo texto livre) ou disponibilizar codificação para escolha, caso haja maturidade no processo.

1.5.5.8 Status do atendimento a cada consulta ao sistema pela CONTRATANTE.

1.5.5.9 Tempo decorrido após a abertura do chamado no sistema até o encerramento.

1.5.5.10 Tempo médio de resolução dos incidentes/demandas.

1.5.5.11 Indicativo de atendimento ou não ao acordo de nível de serviço.

1.5.5.12 Histórico do atendimento (campo livre para descrição do serviço executado, comentários, sugestões, apontamentos e eventuais erros operacionais, críticas, etc).

## **1.6 GERENCIAMENTO DE INCIDENTES**

1.6.1 Quando a CONTRATADA receber relato de problema com o serviço fornecido, através da ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, o serviço de Suporte Técnico da CONTRATADA deverá emitir um número de chamado, o qual deverá ser utilizado em todas as comunicações a ele relacionadas.

1.6.2 Os usuários da Solução CONTRATADA, ao detectarem algum problema, estarão orientados a acionar o serviço de Suporte Técnico da Administração Municipal, através da ferramenta de chamados em uso pela CONTRATANTE. Após triagem inicial e concluindo que a manutenção é devida, a Secretaria de Defesa Civil e Segurança Pública - SEPROT através da Unidade de Segurança Pública abrirá uma Ordem de Serviço para que seja realizado a manutenção por Técnico da CONTRATADA, conforme consta no Item 1.4.3 deste termo de Referência.

1.6.3 A CONTRATADA deverá respeitar os prazos, contados do registro do chamado, para atendimento ou solução de ocorrências:

1.6.3.1 Prioridade 1 (P1) – Problemas de severidade crítica: Atendimento em até 1 hora corrida e resolução em até 4 horas corridas, a partir da abertura de chamado técnico.

São considerados problemas de severidade crítica (P1):

a) Falhas estruturais do sistema de câmeras.

b) Manutenção ou recuperação de sistemas e bancos de dados da solução que gerem indisponibilidade dos serviços de .

c) Quaisquer configurações e correções de problemas na rede de captação de imagens que impeçam o seu funcionamento normal.

1.6.3.2 Prioridade 2 (P2) – Problemas de severidade alta (Unidades Estratégicas descritas no Anexo II SAP.UTI (SEI nº 0020484925) e Unidades de Saúde): Atendimento em até 4 horas úteis e resolução em até 12 horas úteis, a partir da abertura de chamado técnico.

São considerados problemas de severidade alta (P2):

a) Imagens com qualidade ruim ou desfocadas.

b) Falhas de acesso e operação nos aparelhos e interface de gerenciamento.

c) Problemas relacionados à solução de videomonitoramento, para os serviços em questão, que dificultam o atendimento das centrais ao município.

1.6.4 Admite-se para todos os casos a adoção de solução provisória. Neste caso a CONTRATADA deverá emitir, no prazo de 2 (dois) dias úteis, parecer com o novo prazo para solução definitiva da ocorrência, contendo ainda o histórico de maior abrangência possível das atividades desenvolvidas desde a abertura do respectivo chamado.

1.6.5 Após avaliação deste parecer inicial, a CONTRATANTE decidirá sobre a sua aceitabilidade. O não cumprimento do novo prazo acordado para a Solução definitiva da ocorrência sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Contrato.

1.6.5.1 Desde que acordado com a CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá, caso haja disponibilidade e respeitados os prazos definidos, atuar de forma remota utilizando-se das ferramentas homologadas pela CONTRATANTE para tal, visando maior celeridade no atendimento às demandas apresentadas.

1.6.6 A CONTRATANTE poderá prorrogar o prazo máximo do atendimento, desde que o atraso seja justificado pela CONTRATADA e a justificativa aceita pela CONTRATANTE.

1.6.6.1 A CONTRATADA deverá registrar as justificativas do possível atraso no sistema de acompanhamento de chamados e comunicar previamente a CONTRATANTE para que a prorrogação seja autorizada.

1.6.6.2 A justificativa de prorrogação deverá ser aprovada pela CONTRATANTE antes do término do prazo original, caso contrário não será considerada para fins de apuração dos níveis de serviço.

1.6.6.3 A prorrogação de prazo é totalmente discricionária por parte da CONTRATANTE em relação a um chamado específico. E, não necessariamente prorrogam chamados de natureza semelhante.

1.6.7 O fechamento do chamado será registrado pela CONTRATADA, ainda que a posterior, com base no horário em que o problema apresentou-se resolvido na ótica dos usuários da solução. Após, a CONTRATANTE aprovará ou rejeitará o fechamento.

1.6.8 O cálculo do indicador “tempo de resolução” será feito pela diferença entre data-hora de abertura de chamado de suporte técnico e data-hora de fechamento do chamado, conforme registrados em sistema próprio.

1.6.9 Os prazos para atendimento consideram apenas dias úteis e, caso a ocorrência tenha sido registrada fora do horário de expediente (08h às 18h), será considerado para início da contagem do tempo a primeira hora de expediente do dia útil subsequente.

## **1.7 IMPLANTAÇÃO**

1.7.1 É imprescindível garantir a continuidade dos serviços de vigilância humana e eletrônica antes, durante e após o processo de implantação do objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que a interrupção dos serviços básicos de segurança causaria grandes transtornos ao Município.

1.7.2 A CONTRATADA deverá identificar e avaliar a estrutura atual dos locais constantes no Anexo I Local e Quantitativos (SEI nº 26593856) deste Termo de Referência, em conjunto com a equipe técnica responsável do Município e prestar o suporte necessário para realizar os ajustes nos equipamentos de modo a preparar a estrutura existente para suportar os equipamentos de segurança a serem implantados.

1.7.3 A CONTRATADA deverá definir e ajustar, em conjunto com a equipe técnica responsável do Município, todos os detalhes, configurações e eventuais alterações nos serviços prestados com o objetivo de garantir o funcionamento do

sistema de segurança sob a nova plataforma.

1.7.4 A execução dos serviços de implantação da estrutura física do objeto deste Termo de Referência deverá ser realizada nos endereços constantes no Anexo I Local e Quantitativos (SEI nº 26593856), com pessoal próprio, devidamente capacitado e identificado.

1.7.5 Os serviços somente serão considerados instalados e ativados após anuência dos responsáveis pela fiscalização ou gestão do contrato.

1.7.6 O prazo para conclusão dos serviços de implantação total da solução, conforme requisitos estabelecidos no Termo de Referência, será de no máximo 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

## **1.8 Treinamento e capacitação**

1.8.1 A empresa CONTRATADA deverá, durante o processo de implantação, disponibilizar treinamento aos seus trabalhadores do sistema divididos em 3 (três) módulos:

1.8.1.1 Gestão do sistema: para usuários que farão uso da ferramenta web para gestão de usuários que farão os serviços de atendimento de ocorrência, gestão de informações gerais de imagens capturadas e de ocorrências – para os gestores e fiscais do contrato, vigilantes, atendentes de alarme, operadores de monitoramento e supervisores. Carga horária: no mínimo 05 horas.

1.8.1.2 Gestão de contas: para usuários que farão uso da ferramenta web para gestão de informações setoriais de uso e consumo de videomonitoramento – para os gestores de cada setor (Diretores, Gerentes e Coordenadores). Carga horária: no mínimo 02 horas.

1.8.1.3 Utilização dos Equipamentos Telefônicos e utilização de sistemas de computador e smartphone: Apresentação e demonstração de uso dos recursos disponíveis nos aparelhos telefônicos e sistemas para computador descritos neste Termo de Referência. Carga horária: no mínimo 01 hora.

1.8.2 Os treinamentos mencionados nos itens 1.8.1.1, 1.8.1.2 e 1.8.1.3 deverão ocorrer nos seguintes prazos:

1.8.2.1 Gestão do sistema (item 1.8.1.1) dentro do prazo estabelecido para a implantação da estrutura contratada: Instalação de hardware, software, câmeras.

1.8.2.2 Gestão de contas (item 1.8.1.2) e Utilização dos Equipamentos Telefônicos e utilização de sistemas para computador e smartphone (item 1.8.1.3) dentro do prazo estabelecido para a implantação dos postos de trabalho.

1.8.3 Os treinamentos mencionados nos itens 1.8.1.1, 1.8.1.2 e 1.8.1.3 poderão ser oferecidos de forma remota ou presencial sendo responsabilidade da CONTRATADA fornecer a plataforma e o conteúdo para os usuários.

1.8.4 Deverá ser fornecido material orientativo com o conteúdo ministrado nos treinamentos, em formato digital para distribuição aos usuários de cada módulo apresentado no item 1.8 deste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A contratação foi elaborada e fundamentada com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP (27514832), constante neste Processo, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2. A contratação encontra amparo no PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville, conforme Anexo 27141808.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (27514832), a melhor solução encontrada para atendimento ao interesse público e às necessidades de segurança das unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de Vigilância Humana Patrimonial Desarmada e Vigilância Eletrônica Monitorada. Esta solução combina a presença física de profissionais com a inteligência de sistemas eletrônicos avançados.

3.2 A solução de vigilância integrada consiste na combinação estratégica de duas ferramentas essenciais de segurança:

- Vigilância Humana Patrimonial Desarmada: Fornecimento de mão de obra especializada (vigilantes) para atuação preventiva, rondas, controle de acesso e pronta resposta inicial, com horários de expediente conforme a necessidade específica de cada unidade, alguns podendo ser 24 horas por dia, 7 dias por semana, outros apenas expediente diurno ou noturno, ou somente 5 dias por semana.
- Vigilância Eletrônica Monitorada: Implantação de um sistema avançado de videomonitoramento, que deve incluir câmeras com visualização e gerenciamento via plataforma web, o rastreamento e o registro de eventos de segurança.

Com essa solução de vigilância humana e eletrônica integrada, espera-se alcançar um aumento significativo na segurança do patrimônio público, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz a incidentes, minimizando riscos e prejuízos. A união entre o vigilante e o monitoramento aumentará a eficiência operacional e a capacidade de prevenção e dissuasão. Essa solução visa atender de forma completa às necessidades de segurança do poder público municipal.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1 A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental necessário, ligados a execução do contrato.

4.1.2 Deverá ainda observar as boas práticas ambientais, otimizar recursos, reduzir desperdícios e reduzir os índices de poluição pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados, tais como:

- 4.1.2.1 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 4.1.2.2 Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como:
- 4.1.2.2.1 Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros.
- 4.1.2.2.2 Lâmpadas queimadas ou piscando.
- 4.1.2.2.3 Luzes de postes e refletores ligados durante o dia.
- 4.1.2.2.4 Fios desencapados.
- 4.1.2.2.5 Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.
- 4.1.2.3 Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício promovendo a redução do consumo.
- 4.1.2.4 Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE (quando houver);
- 4.1.2.5 Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

## **4.2. Subcontratação**

- 4.2.1 Não será admitida a subcontratação no Serviço de vigilância humana patrimonial desarmada, pois trata-se da parcela principal do contrato;
- 4.2.2 Não será admitida a subcontratação do Serviço de vigilância eletrônica monitorada, pois trata-se parcela de serviços de engenharia presentes na solução;
- 4.2.3 A subcontratação total ou parcial do contrato poderia gerar disparidades na qualidade dos itens e serviços prestados, bem como gerar divergências quanto à sua utilização em conjunto.

## **4.3. Garantia da contratação:**

- 4.3.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do Contrato, nos moldes do art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do Contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;
- 4.3.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou fiança bancária;
- 4.3.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 4.3.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o art. 137 da Lei n. 14.133 de 2021;
- 4.3.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 4.3.3.1 No prazo máximo de 1 mês após a homologação e anterior a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, conforme art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021, caso opte pela modalidade seguro garantia;
- 4.3.3.2 Caso a modalidade de garantia escolhida for o depósito em dinheiro, este deverá ser efetuado em conta específica do CONTRATANTE, a ser indicado pelo gestor do contrato.
- 4.3.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 4.3.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.3.4.2 Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 4.3.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- 4.3.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 4.3.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.3.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica de instituição financeira ou bancária indicada pela contratante, com correção monetária;
- 4.3.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 4.3.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil;
- 4.3.9 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 4.3.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 4.3.11 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.3.12 Será considerada extinta a garantia:
- 4.3.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

- 4.3.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 4.3.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- 4.3.14 A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência;
- 4.3.14.1 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.3.15 Também poderá haver liberação da garantia se a CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato de trabalho;
- 4.3.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação:
- 4.3.16.1 Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; e/ou
- 4.3.16.2 Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 4.3.17. Na ocorrência de aditivos, com acréscimos de valores, a CONTRATADA deverá apresentar garantia complementar, equivalente a 5% (cinco por cento), na mesma modalidade optada no contrato.

#### **4.4 Da Conta-depósito vinculada**

- 4.4.1 Entende-se por conta-depósito vinculada a conta aberta pelo CONTRATANTE em nome da CONTRATADA, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
- 4.4.2 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN 05/2017- SEGES/MP, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN 05/2017- SEGES/MP são as estabelecidas neste Termo de Referência:
- 4.4.2.1 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da IN 05/2017- SEGES/MP, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da referida norma;
- 4.4.2.2 A CONTRATADA deve autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 4.4.2.3 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela CONTRATANTE (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
- 4.4.3 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN 05/2017- SEGES/MP será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 4.4.3.1 13º (décimo terceiro) salário;
- 4.4.3.2 Férias e um terço constitucional de férias;
- 4.4.3.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- 4.4.3.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário;
- 4.4.3.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 4.4.4 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die;
- 4.4.5 Os valores referentes às provisões que sejam retidas por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA;
- 4.4.6 Os valores provisionados na forma do item somente serão liberados nas seguintes condições, mediante solicitação da CONTRATADA:
- 4.4.6.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 4.4.6.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 4.4.6.3 Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
- 4.4.6.4 Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
- 4.4.6.5 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- 4.4.7 Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;
- 4.4.7.1 Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o CONTRATANTE expedirá a autorização para a

movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA;

4.4.7.1.1 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos, conforme item "4.4.3";

4.4.7.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

4.4.8 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15, do Anexo XII, da IN 05/2017- SEGES/MP;

## 4.5 Vistoria

4.5.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

4.5.2 Para o devido conhecimento e uniformização de entendimento do objeto descrito neste Termo de Referência, os interessados poderão agendar pelo e-mail [seppatrimonial@joinville.sc.gov.br](mailto:seppatrimonial@joinville.sc.gov.br), visita técnica, que ocorrerá conforme horário de cada unidade, na coluna "Horário de Funcionamento Administrativo para agendamento de visitação, conforme consta do "Anexo I Local e Quantitativos" SEI [26593856](#);

4.5.3 A visita será realizada individualmente com cada proponente interessado sempre em horários distintos;

4.5.4 A vistoria consistirá no acompanhamento do interessado por representante da CONTRATANTE, nos locais contemplados, conforme consta no "Anexo I Local e Quantitativos" SEI [26593856](#) ;

4.5.5 Durante a visita não será fornecido pelo representante da CONTRATANTE nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Termo de Referência, nesse sentido, o intuito da visita técnica é proporcionar aos interessados conhecimento das condições de execução dos serviços;

4.5.6 Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" emitido pelo representante da CONTRATANTE, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar da proposta;

4.5.7 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo A contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 Condições de Execução

5.1.1 A presente contratação será um serviço comum contínuo e de mão de obra exclusiva, cujo prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, prorrogável conforme Lei nº 14.133/2021.

5.1.1.1 A regulamentação para o pagamento de custos de férias indenizadas, 13º salário, entre outros, está disposta no item 1.2.4.2 do presente Termo de Referência.

5.1.2 A CONTRATADA deverá concluir a implantação INICIAL dos postos de vigilância humana em no máximo 30 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço;

5.1.3 A CONTRATADA deverá concluir a implantação e instalação INICIAL dos equipamentos e sistemas de monitoramento eletrônico em no máximo 120 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço;

5.1.3.1 Estudo de Quantitativo e Posicionamento dos Equipamentos Eletrônicos: Em até 15 dias corridos após início dos serviços, A CONTRATADA deverá visitar in loco as unidades nos respectivos horários de funcionamento administrativos, e apresentar - para aprovação da CONTRATANTE - estudo e avaliação do quantitativo e posicionamento dos equipamentos eletrônicos de monitoramento e segurança que serão instalados nas unidades descritas no "Anexo I Local e Quantitativos (26593856)", observando e respeitando o equilíbrio contratual;

5.1.3.2 Instalação Inicial e Funcionamento dos Serviços de Monitoramento Eletrônico: A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 dias corridos após o início dos serviços, o funcionamento dos serviços prestados no mínimo em 30% das unidades descritas no "Anexo I Local e Quantitativos (26593856)";

**Tabela exemplificativa do Cronograma dos Serviços Iniciais**

Emissão da Ordem de Serviço	Início dos serviços	Início dos postos de Vigilância Humana	Estudo de Quantitativo e Posicionamento dos Equipamentos	Instalação Inicial e Funcionamento dos Serviços de Monitoramento Eletrônico:	Instalação Inicial e Funcionamento dos Serviços de Monitoramento

			<b>Eletrônicos</b>	<b>Mínimo de 30% das unidades</b>	<b>Eletrônico: 100% das unidades</b>
-	30 dias corridos	15 dias corridos			
		30 dias corridos		90 dias corridos	
		120 dias corridos			
	120 dias corridos				

5.1.3.3 A CONTRATADA deverá reunir-se no início da execução contratual, com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato (CAF) e aos servidores designados da Unidade de Gestão e da Unidade de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, para apresentar a arquitetura, a infraestrutura, os requisitos e o formato de comunicação - recebimento e envio dos dados - necessários a execução da presente contratação;

5.1.4 Os equipamentos serão entregues no formato entregues em COMODATO, sendo desinstalados pela CONTRATADA ao término do contrato;

5.1.5 A CONTRATADA deverá apresentar um plano de execução de desinstalação dos equipamentos minimamente em 90 dias corridos antes do término do contrato;

5.1.6 Admite-se a prorrogação dos prazos previstos no item 5, desde que justificadas pela CONTRATADA e aprovadas pela CAF.

5.1.7 O MUNICÍPIO se exime de qualquer responsabilidade de indenização dos equipamentos eventualmente danificados, inutilizados ou extraviados por motivo de furto, roubo, eventos climáticos, casos fortuitos ou imprevisíveis bem como por defeitos de fabricação e desgaste natural por uso, exceto em caso inequívoco de mau uso.

5.1.7.1 Em casos de inutilização de equipamentos da CONTRATADA por mau uso por parte do usuário a CONTRATADA deverá repor o aparelho na mesma marca/modelo ou equivalente disponível a época em prazo de até 7 (sete) dias úteis e poderá cobrar os custos da reposição em fatura a ser emitida posteriormente.

5.1.7.2 Os equipamentos que apresentarem defeitos ou instabilidades em seu uso deverão ser substituídos em até 3 (três) dias úteis sem ônus para a CONTRATANTE.

**5.1.8 Plano de contratações anual:**

5.1.8.1 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville, conforme Anexo 27141808.

5.1.8.2 A contratação foi elaborada e fundamentada com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 27514832, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

**5.2 Local de execução dos serviços:**

5.2.1 Os serviços serão executados nas unidades da Administração Direta e Indireta de Joinville, conforme "Anexo I Local e Quantitativos (26593856)"

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Contrato;

6.2 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.5 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **6.6. Gestor do Contrato**

6.6.1. A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT e a fiscalização será efetuada pelas próprias secretarias, isoladamente ou em conjunto, conforme composição da CAF.

6.6.2. As secretarias fornecerão rubrica orçamentária conforme os subitens abaixo:

6.6.2.1. Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT;

6.6.2.2. Secretaria de Saúde - SES;

6.6.2.3. Secretaria de Educação - SED;

6.6.2.4. Hospital Municipal São José - HMSJ;

6.6.2.5. Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente - SAMA;

6.6.2.6. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE;

6.6.3. O contrato poderá ser sub-rogado total ou parcialmente pela CONTRATANTE;

## **6.7. Obrigações da Contratada específicas do objeto:**

6.7.1 Das Obrigações:

6.7.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o bom funcionamento dos serviços prestados;

6.7.1.1.1 Considerando o disposto no art. 17, inc. I da IN 05/2017- SEGES/MP, que os empregados da CONTRATADA estão a disposição enquanto nas dependências do CONTRATANTE nos horários fixados, para a prestação dos serviços, no que tange aos postos de vigilantes e supervisores;

6.7.1.1.2 Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar a mão-de-obra e equipamentos necessários à execução das atividades deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

6.7.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem custo para a CONTRATANTE;

6.7.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto (inclusive à terceiros), de acordo com o art. 14 e os art. 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos, após apuração de responsabilidade mediante instauração de processo administrativo pertinente em conformidade com a Instrução Normativa nº 02/2024 (0021402989), aprovada pelo Decreto Municipal n.º 62.248/2024;

6.7.1.3.1 Nos casos de sinistros como por exemplo invasão ou arrombamento, em que se detectarem falha no serviço prestado, a CAF preliminarmente analisará os indícios da falha ou erro e poderá abrir processo preliminar de solicitação de ressarcimento do dano contra a CONTRATADA, assegurando o direito de defesa. No caso de concordância, a CONTRATADA efetuará o ressarcimento do dano. Nos casos de negativa de reparação justificada, poderá a CAF acolher a justificativa e arquivar o pedido, ou ainda encaminhar para processo administrativo conforme item 6.7.2.3;

6.7.1.4 Indicar, a partir do recebimento da ordem de serviço, preposto, formalmente designado com capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos referentes à contratação;

6.7.1.4.1 O preposto deverá, obrigatoriamente residir na cidade de Joinville, para melhor atender as necessidades da CONTRATANTE;

6.7.1.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para executar os serviços, em conformidade com este Termo de Referência, seus anexos, as normas e determinações em vigor, observando os deveres e disciplina mínimos:

6.7.1.5.1 Ser assíduo e pontual, cumprindo a respectiva escala de serviço;

6.7.1.5.2 Estar presente no local de trabalho no horário determinado, comunicando eventuais faltas ou atrasos ao seu superior;

6.7.1.5.3 Usar, obrigatoriamente, o uniforme e cuidar bem dele;

6.7.1.5.4 Usar, obrigatoriamente, os equipamentos necessários;

6.7.1.5.5 Demonstrar honestidade, atenção e espírito de equipe;

6.7.1.5.6 Manter autocontrole;

6.7.1.5.7 Administrar seu próprio tempo;

6.7.1.5.8 Demonstrar senso de responsabilidade;

6.7.1.5.9 Informar ao seu superior, qualquer irregularidade observada no local de trabalho;

6.7.1.5.10 Tratar as pessoas com respeito e urbanidade;

6.7.1.5.11 Cumprir as determinações e normas estabelecidas pela CONTRATANTE;

6.7.1.5.12 Zelar pela conservação e limpeza dos equipamentos;

6.7.1.5.13 Zelar pela ordem do local onde estiver trabalhando;

6.7.1.5.14 Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao Meio Ambiente;

6.7.1.5.15 Demais deveres e disciplinas inerentes a sua respectiva função;

6.7.1.5.16 A CONTRATADA deverá encaminhar os comprovantes de curso de reciclagem dos vigilantes sempre quando da conclusão dos mesmos, de acordo com a periodicidade de 02 anos para reciclagem, conforme Portaria nº 3233/2012 da PF, conforme legislação vigente ou que venham a lhe suceder;

6.7.1.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.7.1.7 Dispor de quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão etc.;

6.7.1.7.1 Substituir, no prazo máximo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência de seus empregados, tais como: faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço do CONTRATANTE;

6.7.1.7.2 É de responsabilidade da CONTRATADA a total cobertura de qualquer empregado ausente, dentro do prazo estabelecido acima que, caso não ocorra, poderá ensejar as sanções e penalidades administrativas pertinentes ao caso;

6.7.1.8 Substituir, no prazo máximo de 2 dias úteis, após recebimento da notificação do CONTRATANTE, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

6.7.1.9 Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

6.7.1.9.1 Fornecer no prazo de 05 dias corridos, quando solicitado pela CONTRATANTE o relatório de registro do ponto dos funcionários envolvidos na contratação;

6.7.1.10 Entregar à gestão da unidade e manter atualizada, relação nominal dos empregados que compõem os postos de vigilância humana, com horário de trabalho e escala de serviço, e a relação de telefones do CCO e dos Supervisores, para algum atendimento emergencial;

6.7.1.10.1 Entregar à Gestão do Contrato e manter atualizada, relação nominal dos empregados, cargos, postos de serviços, horário e escala de trabalho;

6.7.1.11 Não permitir que seus empregados realizem horas extras fora da jornada normal de trabalho;

6.7.1.12 Não permitir que os empregados designados para trabalharem em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

6.7.1.13 Disponibilizar ao CONTRATANTE empregados devidamente uniformizados e identificados, de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes, inclusive, antes do primeiro dia de trabalho, uniformes completos e dentro dos padrões de eficiência e higiene necessários para o desempenhar de suas atividades, além de provê-los com os equipamentos necessários, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho;

6.7.1.13.1 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, em tamanhos compatíveis com a do empregado da CONTRATADA, e no caso de gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

6.7.1.13.2 Os uniformes e equipamentos a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada nas unidades da CONTRATANTE, compreendendo as peças de acordo com as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para os empregados;

6.7.1.13.3 Orientar e fiscalizar para que seus empregados observem o uso obrigatório dos uniformes e dos equipamentos;

6.7.1.13.4 Apresentar à CONTRATANTE no primeiro mês de prestação dos serviços ficha de registro de entrega de uniformes e equipamentos por empregado que conste inclusive a data de validade dos equipamentos entregues, quando for o caso, e as respectivas atualizações sempre que houver, informando qual a norma regulamentadora, além de documento comprobatório, recibo de entrega de uniformes por empregado e atualizações sempre que houver;

6.7.1.13.5 Fiscalizar e zelar para que os empregados durante a execução dos serviços não utilizem uniformes descolorados (fora do padrão dos demais), rasgados, sujos, deteriorados ou furados;

6.7.1.14 Manter os empregados e a execução do serviço, nos locais e horários fixados pela CONTRATANTE;

6.7.1.14.1 A CONTRATADA deverá distribuir seus recursos humanos de forma que não extrapole a jornada legal;

6.7.1.15 Se a CONTRATADA for regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação:

6.7.1.15.1 Conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN 05/2017 - SEGES/MP deverá apresentar no primeiro mês de prestação dos serviços:

6.7.1.15.1.1 Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.7.1.15.1.2 CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;

6.7.1.15.1.3 Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

6.7.1.15.1.4 Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

6.7.1.15.1.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.7.1.15.2 Conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN 05/2017- SEGES/MP deverá apresentar mensalmente, até o décimo dia do mês seguinte a prestação dos serviços, os seguintes documentos:

6.7.1.15.2.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.7.1.15.2.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.7.1.15.2.3 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada;

6.7.1.15.2.4 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

6.7.1.15.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

6.7.1.15.2.6 Comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 92 XVII da Lei nº 14.133/2021, quando couber;

6.7.1.16 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;

6.7.1.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela presente contratação, por todas as obrigações trabalhistas,

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

6.7.1.17.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

6.7.1.18 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada no Município Joinville, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que o CONTRATANTE analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

6.7.1.19 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;

6.7.1.19.1 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas determinadas pela CONTRATANTE;

6.7.1.20 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas por este Termo de Referência, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.7.1.21 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

6.7.1.21.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

6.7.1.21.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado; e

6.7.1.21.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

6.7.1.22 Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.7.1.23 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7.1.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.7.1.25 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

6.7.1.26 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006;

6.7.1.26.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

6.7.1.27 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 104 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.7.1.28 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

6.7.1.29 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

6.7.1.30 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas, patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros;

6.7.1.31 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato;

6.7.1.32 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência;

6.7.1.33 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;

6.7.1.34 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

6.7.1.35 Cumprir, com as normas de segurança vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

6.7.1.36 Instalar (caso não possua) escritório no Município de Joinville/SC, cuja comprovação não deverá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da assinatura do Contrato;

6.7.1.37 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em ordem a prestação de serviços em todas as unidades;

6.7.1.38 Prestar apoio técnico aos seus empregados;

6.7.1.39 Participar das reuniões de revisão e verificação do andamento dos serviços com a CONTRATANTE, quando solicitado;

6.7.1.40 Manter livro próprio para o registro de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, fornecendo cópia à

CONTRATANTE, quando solicitado;

6.7.1.41 Acatar a fiscalização por parte do CONTRATANTE em conformidade com este Termo de Referência;

6.7.1.42 Responder por todas as despesas referentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho, bem como alimentação, saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego ou de trabalho do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;

6.7.1.43 Efetuar o pagamento da remuneração dos profissionais de acordo com a Convenção Coletiva da categoria, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais devidos, decorrentes da contratação. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

6.7.1.43.1 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos estabelecidos, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual, a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

6.7.1.44 Fornecer aos seus empregados, vale transporte, alimentação (almoço e/ou jantar), de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

6.7.1.45 A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, até o 10º (décimo) dia de cada mês à CONTRATANTE os comprovantes de pagamento das remunerações, de todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, além da quitação dos encargos trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS, inclusive quanto às verbas rescisórias, de todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto, além dos comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos aos empregados do mês da prestação dos serviços, assim como relatórios com programações de férias, admissões e rescisões ocorridas no mês anterior;

6.7.1.46 Orientar e garantir a utilização adequada dos materiais, equipamentos ou outros artigos necessários à correta execução dos serviços;

6.7.1.47 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

6.7.1.47.1 Racionalização/economia no consumo de energia (elétrica) e água;

6.7.1.47.2 Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

6.7.1.47.3 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades Monitoramento e Segurança Patrimonial;

6.7.1.48 Não transferir a outrem, parte principal do Contrato;

6.7.1.49 Utilizar as dependências vinculadas à execução do serviço, exclusivamente para atender ao objeto da presente contratação;

6.7.1.50 Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios na unidades;

6.7.1.51 Apresentar comprovante de que a empresa cumpre e segue as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, através de apresentação do registro do Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT), na DRT do Ministério do Trabalho conforme Norma Regulamentadora 4, publicada pela Portaria nº 3.214/78 e alterações posteriores;

6.7.1.52 Apresentar, no início da execução contratual e quando solicitado pela CONTRATANTE, atestado de antecedentes criminais de toda a mão de obra oferecida;

6.7.1.52.1 A exigência é pertinente na medida em que for imprescindível à segurança das pessoas, bens, informações ou instalações;

6.7.1.53 Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de plano de emergência;

6.7.1.54 Seguir rigorosamente o que preconiza a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), em especial quando trata do intervalo de repouso para alimentação intrajornada, prestação de serviços em dias de recesso e/ou ponto facultativo, custos não renováveis - aviso prévio trabalhado e indenizado, e quanto ao disposto no parágrafo único do art. 6º da IN 05/2017- SEGES/MP;

6.7.1.55 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações da CONTRATANTE, mantendo sempre limpo o local dos serviços, zelando pelos materiais e equipamentos, observando as condições de segurança, higiene e disciplina;

6.7.1.56 A CONTRATADA deverá entregar, mensalmente, podendo fazê-lo por amostragem, conforme disposto no item 6.7.1.15.2 os seguintes documentos:

6.7.1.56.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.7.1.56.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

6.7.1.56.3 Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.7.1.56.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

6.7.1.57 Atender as determinações e notificações da CONTRATANTE, resolvendo quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços;

6.7.1.58 Deverá apresentar os seguintes laudos:

6.7.1.58.1 PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;

6.7.1.58.2 ASO - Atestado de Saúde Ocupacional;

6.7.1.59 Apresentar informações a fim de que possa ser elaborada planilha-resumo no momento que a prestação de serviço é iniciada, conforme disposto no Anexo VIII-B 10.1 "a" da IN 05/2017- SEGES/MP ;

6.7.1.60 Fornecer todos os dados (indicadores históricos) solicitados pelo CONTRATANTE acerca da execução do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação, tais como, relatórios com número de faltas dos funcionários, número de licenças maternidade, paternidade dentre outros;

6.7.1.61 Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação dos serviços apólice de Seguro Vida em Grupo do corpo de funcionários da empresa, sem custo para a CONTRATANTE, atualizando sempre que necessário;

6.7.1.62 Fornecer ao Contratante sempre que solicitado, os valores referentes:

6.7.1.62.1 Das rescisões:  
6.7.1.62.1.1 Aviso Prévio Indenizado;  
6.7.1.62.1.2 Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio indenizado;  
6.7.1.62.1.3 Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado;  
6.7.1.62.1.4 Aviso Prévio Trabalhado;  
6.7.1.62.1.5 Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado;  
6.7.1.62.1.6 Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado;  
6.7.1.62.2 Das substituições nas ausências legais:  
6.7.1.62.2.1 Substituto na cobertura de Férias;  
6.7.1.62.2.2 Substituto na cobertura de Ausências Legais;  
6.7.1.62.2.3 Substituto na cobertura de Licença-Paternidade;  
6.7.1.62.2.4 Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho;  
6.7.1.62.2.5 Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade;  
6.7.1.62.2.6 Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar);  
6.7.1.62.3 Os dados acima atendem o disposto na Instrução Normativa nº 5, da SEGES/MP, de 26 de maio de 2017, ou outra que vier a substituí-la podendo inclusive, sofrer alterações quanto ao conteúdo listado nos itens 6.7.62.1 e 6.7.62.2.  
6.7.1.63 Materiais a serem disponibilizados (Uniformes e Equipamentos):  
6.7.1.63.1 Os uniformes e equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA conforme itens e quantidades constantes nos quadros abaixo. As quantidades estabelecidas são o mínimo por pessoa/ano ou por posto/ano, e devem ser fornecidos aos empregados antes do início de suas atividades, conforme função a ser exercida:

6.7.1.63.1.1. Vigilante:

Ordem	Uniformes	Quantidade por pessoa/Ano
1	Calça modelo social	02 unds.
2	Camisa tipo social, manga curta	03 unds.
3	Blusa de frio, manga longa	01 und.
4	Sapato de segurança, em couro e com CA válido	01 par
Ordem	Equipamentos	Quantidade por posto/Ano
5	Tonfa	01 und.
6	Porta Tonfa	01 und.
7	Lanterna Tática com carregador	01 und.
8	Celular	01 und.
9	Câmera Corporal	01 und

6.7.1.63.1.2. Supervisor:

Ordem	Uniformes	Quantidade por pessoa/Ano
1	Calça modelo social	02 unds.
2	Camisa tipo social, manga curta	03 unds.
3	Blusa de frio, manga longa	01 und.
4	Sapato de segurança, em couro e com CA válido	01 par
Ordem	Equipamentos	Quantidade por posto/Ano
5	Celular	01 und.
6	Câmera Corporal	01 und.

6.7.1.63.1.3. Atendente de alarme:

Ordem	Uniformes	Quantidade por pessoa/Ano
1	Calça modelo social	02 unds.

2	Camisa tipo social, manga curta	03 unds.
3	Blusa de frio, manga longa	01 und.
4	Sapato de segurança, em couro e com CA válido	01 par
<b>Ordem</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Quantidade por posto/Ano</b>
5	Tonfa	01 und.
6	Porta Tonfa	01 und.
7	Lanterna Tática com carregador	01 und.
8	Celular	01 und.
9	Câmera Corporal	01 und.
10	Capacete	01 und.
11	Capa de chuva	01 und.
12	Bota de segurança para chuva	01 Par
13	Luvas	01 Par
14	Cotoveleira	01 Par
15	Joelheira com Caneleira	01 Par
16	Protetor de Tórax	01 und.
17	Colete Retro refletivo	01 und.
18	Colete com Sinalizador previsto na Resolução nº 219/2007- COTRAN	01 und.
19	Spray de Gengibre	01 und.

#### 6.7.1.63.1.4. Operador de Monitoramento:

<b>Ordem</b>	<b>Uniformes</b>	<b>Quantidade por pessoa/Ano</b>
1	Calça modelo social	02 unds.
2	Camisa tipo social, manga curta	03 unds.
3	Blusa de frio, manga longa	01 und.
4	Sapato de segurança, em couro e com CA válido	01 par

#### 6.7.1.63.1.5. Controlador de acesso:

<b>Ordem</b>	<b>Uniformes</b>	<b>Quantidade por pessoa/Ano</b>
1	Calça modelo social	02 unds.
2	Camisa tipo social, manga curta	03 unds.
3	Blusa de frio, manga longa	01 und.
4	Sapato de segurança, em couro e com CA válido	01 par

6.7.1.63.2 Uniformes e equipamentos devem ser substituídos a cada 1 ano, ou a qualquer época, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação, danificado, extraviado ou quando solicitado pela CONTRATANTE no

prazo máximo de 5 dias úteis, após comunicação formal;

6.7.1.64 A CONTRATADA é responsável diretamente pela análise dos quantitativos e posicionamento dos equipamentos em cada unidade, respeitados o equilíbrio contratual conforme item 5;

6.7.1.65 Ocorrendo mudanças em locais durante a vigência do contrato (mudanças de endereço ou de unidades), a CONTRATADA efetuará análise de viabilidade técnica para instalação dos equipamentos ou implantação dos postos de vigilância humana.

6.7.1.65.1 Caso a análise seja favorável, ficará a CONTRATADA obrigada a executar as instalações dos equipamentos nas novas unidades (ou endereços) e a implantação dos postos de vigilância humana após termo aditivo de acréscimo ou remanejamento, sem ônus adicionais à CONTRATANTE;

6.7.1.66 Ocorrendo mudanças de layout, reformas, obras etc, nas unidades atendidas, ficará a CONTRATADA obrigada a desinstalar e reinstalar os equipamentos necessários à alteração da estrutura da unidade (obras, reforma, etc...) sem ônus adicionais à CONTRATANTE, após a análise de viabilidade de instalação do novo layout da unidade.

6.7.1.67 É facultada à CONTRATANTE, a realocação dos postos, equipamentos ou serviços em caráter emergencial com oficialização ao contrato posteriormente;

6.7.1.68 A CONTRATADA deverá sempre ter por objetivo a preservação e guarda do patrimônio da CONTRATANTE;

6.7.1.69 A CONTRATADA deverá identificar com placas próprias, em lugar visível as unidades atendidas;

6.7.1.70 A CONTRATADA deverá planejar e executar o NPPS (Norma e Procedimento do Posto de Serviço) para cada unidade atendida com posto de vigilância humana;

6.7.1.71 Inspeccionar os postos (diurno e noturno) mediante visitas locais de seu preposto/fiscal, com a frequência necessária para o bom andamento do mesmo, ou sempre que solicitado pela CONTRATADA;

6.7.1.72 Fornecer todo o material de consumo (caneta, lápis, borracha, prancheta, blocos de rascunhos, caderno/livro de ocorrências, etc.) necessário ao bom andamento dos serviços da vigilância;

6.7.1.73 Manter devidamente guardados todos os livros de ocorrências, formulários e documentos utilizados ou similares, devidamente organizados e catalogados, durante a vigência do contrato; Apresentando e/ou fornecendo cópias à CONTRATANTE, sempre que solicitados;

6.7.1.74 As Notas Fiscais da CONTRATADA serão emitidas conforme medições dos serviços da CONTRATANTE, considerando eventuais descontos ou pagamentos proporcionais verificados pela Fiscalização;

6.7.1.75 A CONTRATADA deverá encaminhar à CAF, caso existam, relatório de todas as linhas telefônicas em uso para a execução contratual, devendo o mesmo constar: Secretaria; Unidade/Equipamento Público; Endereço; Número da Linha Telefônica e Tipo (voz e/ou link de dados). Havendo qualquer mudança e/ou atualização a mesma deverá ser encaminhada à CONTRATANTE.

6.7.1.76 A CONTRATADA deverá dispor de um sistema que possibilite o controle da presença e a fiscalização dos horários de entrada e saída dos vigilantes, assim como das verificações presenciais dos atendentes de alarme em cada unidade, sem ônus à CONTRATANTE;

6.7.1.77 A CONTRATADA deverá enviar o relatório do Sistema de Controle de Presença e de aferição das verificações presenciais (rondas) sempre que solicitado, contendo minimamente a identificação da unidade, a identificação do atendente, data, e hora da verificação presencial (ronda);

6.7.1.78 A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

6.7.1.79 A CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

6.7.1.79.1 Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço/obra com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

6.7.1.79.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

6.7.1.79.3 Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

6.7.1.79.4 Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

6.7.1.79.5 Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço/obra;

6.7.1.79.6 Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

6.7.1.79.7 Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

6.7.1.79.8 Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

6.7.1.79.9 Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.7.1.79.10 Exame admissional;

6.7.1.79.11 Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

6.7.1.79.12 Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

6.7.1.79.13 Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhará a execução da obra/serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do artigo 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

6.7.1.79.14 Ocorrendo a prorrogação da execução do contrato, os custos renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão serem eliminados como condição para renovação (em conformidade ao disposto ao item 1.2 do Anexo VII-F e item 9 do Anexo IX da IN 05/2017 - SEGES/MP), dentre eles:

- a) Insumos diversos que compõem o orçamento, que não são adquiridos anualmente, o que não precisa ser substituídos;

b) Férias (conforme Nota 3, Anexo VII-D da IN 05/2017 - SEGES/MP).

c) Custos elencados nos Módulos 3 e 4 do anexo "Planilha de Custos e Formação de Preços" deste Termo de Referência.

d) Outros custos que porventura possam se enquadrar no momento da prorrogação/renovação.

6.7.1.79.14.1 Os custos acima elencados, poderão serem renegociados no caso da prorrogação. Devendo a CONTRATADA comprovar e justificar junto à CAF que irá avaliar a solicitação e poderá ou não acatar em todo ou em partes o pedido.

6.7.1.79.14.2 A CONTRATADA deverá encaminhar quando da anuência ou pedido de prorrogação (e sempre que solicitado) planilha de informação com a composição de índices e os respectivos documentos comprobatórios.

6.7.1.80 Da Qualificação Técnica da Vigilância humana patrimonial:

6.7.1.80.1 É documentação necessária, que deverá ser entregue pela CONTRATADA à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF no início das atividades e nas eventuais renovações do contrato. Também deverão ser apresentadas, sempre que solicitadas pela CONTRATANTE, e sempre que vencidas ou renovadas conforme legislação vigente:

6.7.1.80.2 Registro funcional do vigilante na Polícia Federal;

6.7.1.80.3 Atestado de antecedentes criminais de toda mão-de-obra utilizada para atender à CONTRATANTE;

6.7.1.80.4. Alvará de Autorização de Funcionamento expedido pelo Órgão Competente do Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), demais legislação vigentes ou que venham a lhe suceder, mediante apresentação de cópia do Diário Oficial da União, com validade em vigor;

6.7.1.80.5 Certidão de Regularidade expedida pelo Órgão Competente da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 89.056 de 24/11/83 e Lei nº 7.102 de 20/06/83, demais legislação vigente ou que venham a lhe suceder;

6.7.1.80.6 Diplomas de capacitação, formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada pelo Órgão competente do Departamento da Polícia Federal; de acordo com Portaria nº 3.233/DPF e demais legislação vigente ou que venham a lhe suceder;

## **6.8 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:**

6.8.1 Nomear comissão para acompanhamento e fiscalização das obrigações da Contratada;

6.8.2 Em atendimento ao disposto no item 5, emitir ordem de serviço de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;

6.8.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.8.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, indicando dia, mês e ano e o nome dos empregados eventualmente envolvidos, a fim de adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Termo de Referência;

6.8.4.1 Na hipótese do item "6.8.4", o CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA por escrito, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, no que couber, em conformidade com os art 110 e 111 da IN RFB 2110/2022;

6.8.6 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, conforme dispõe o art. 5º, Instrução Normativa IN 05/2017- SEGES/MP, como:

6.8.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao(s) preposto(s) ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de operador de monitoramento do CCO que poderá prestar atendimento às unidades;

6.8.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;

6.8.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

6.8.6.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.8.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da presente contratação;

6.8.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.8.9 Quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, observar o disposto na Instrução Normativa nº 02/2024 (0021402989) aprovada pelo Decreto n.º 62.248/2024, acerca dos procedimentos cabíveis a instauração do processo administrativo pertinente, para apuração de responsabilidade;

6.8.10 Providenciar abertura da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação, após assinatura do termo de contrato;

6.8.10.1 Entende-se por Conta-Depósito Vinculada a conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.8.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26 da Lei 14.133/2021;

6.8.12 Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

6.8.13 Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que engloba, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

6.8.14 Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

6.8.15 Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

6.8.16 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

6.8.17 Realizar reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;

6.8.18 Do controle e fiscalização da execução:

6.8.18.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.8.18.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela CONTRATANTE para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;

6.8.18.2.1 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

6.8.18.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do Contrato, com o auxílio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, que devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

6.8.18.3.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

6.8.18.3.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

6.8.18.3.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

6.8.18.3.4 Fiscalização Setorial (subfiscais): é o acompanhamento da execução do Contrato nos aspectos técnicos e/ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;

6.8.18.4 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.8.18.4.1 No primeiro mês da prestação dos serviços, deverá exigir da CONTRATADA que apresente a seguinte documentação:

6.8.18.4.1.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.8.18.4.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

6.8.18.4.1.3 Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

6.8.18.4.1.4 Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

6.8.18.4.2 Solicitar à CONTRATADA a entrega de quaisquer dos seguintes documentos, que deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação do CONTRATANTE:

6.8.18.4.2.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do CONTRATANTE;

6.8.18.4.2.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE;

6.8.18.4.2.3 Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.8.18.4.2.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.8.18.4.2.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.8.18.4.3 Solicitar à CONTRATADA a entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato:

6.8.18.4.3.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.8.18.4.3.2 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.8.18.4.3.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.8.18.4.3.4 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.8.18.4.4 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no item "6.8.14.4.3" no prazo de 60 dias corridos após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 dias, justificadamente.

6.8.18.5 Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA colocados à disposição do CONTRATANTE, os documentos elencados no item 6.8.18.4.1, deverão ser apresentadas, além de comprovar a entrega dos uniformes e EPI's em atendimento ao item 6.7.2.13;

6.8.18.6 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do Contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB), assim como se houver indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho;

6.8.18.7 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

6.8.18.8 O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção;

6.8.18.9 A fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

6.8.18.9.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

6.8.18.9.1.1 Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo, que deverá conter informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por Secretaria/Autarquia e unidades, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

6.8.18.9.1.2 Fiscalizar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho;

6.8.18.9.1.3 Verificar se o número de terceirizados por função coincide com o previsto no termo de contrato;

6.8.18.9.1.4 Conferir os salários que não podem ser inferiores ao previsto no termo de contrato e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

6.8.18.9.1.5 Consultar as eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas;

6.8.18.9.1.6 Verificar a existência de condições insalubres no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados;

6.8.18.9.1.7 Exigir no primeiro mês da prestação dos serviços a apresentação dos documentos elencados no item 6.8.14.4.1;

6.8.18.9.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

6.8.18.9.2.1 Reter a contribuição previdenciária devida sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

6.8.18.9.2.2 Exigir a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

6.8.18.9.2.3 Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 63-IV da Lei nº 14.133/2021.

6.8.18.9.2.4 Exigir que a contratada mantenha, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme o disposto no art. 92, XVI da Lei 14.133/2021;

6.8.18.9.3 Fiscalização diária:

6.8.18.9.3.1 Devem ser evitadas ordens diretas do CONTRATANTE dirigidas aos funcionários da CONTRATADA. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;

6.8.18.9.3.2 Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;

6.8.18.9.3.3 Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

6.8.18.9.4 Fiscalização procedimental:

6.8.18.9.4.1 Observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA;

6.8.18.9.4.2 Certificar-se de que a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados;

6.8.18.9.4.3 Certificar-se de que a CONTRATADA respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

6.8.18.9.5 Fiscalização por amostragem:

6.8.18.9.5.1 Cabe ao CONTRATANTE fiscalizar mensalmente, por amostragem, se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em nome dos empregados da CONTRATADA, para isso deve:

6.8.18.9.5.1.1 Receber mensalmente por amostragem os documentos elencados no item 6.7.2.56 deste Termo de Referência;

6.8.18.9.5.1.2 Solicitar aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes;

6.8.18.9.5.1.3 Solicitar aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, os quais devem ser entregues à Administração;

6.8.18.9.5.2 O percentual mensal de verificação deve ser de pelo menos 10 (dez) por cento do número de empregados

terceirizados;

6.8.18.9.5.3 O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano, permitindo ao CONTRATANTE realizar a análise mais de uma vez em um mesmo empregado.

#### **6.8.19 Fiscalização técnica:**

6.8.19.1 A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, em anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento (glosa proporcional) no pagamento de cada unidade ou equipamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

6.8.19.1.1 Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.8.19.1.2 Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à contratada;

6.8.19.2 A utilização do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

6.8.19.3 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.8.19.3.1 Considerando o número de equipamentos públicos compreendidos na presente contratação o fiscal técnico para subsidiar o cumprimento do disposto acima, poderá se utilizar de informações obtidas junto à fiscalização setorial (subfiscais);

6.8.19.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto (medição mensal) ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada. A avaliação deverá ser assinada pelo preposto da CONTRATADA a fim de tomar ciência do procedimento e da medição mensal;

6.8.19.4.1 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.8.19.4.2 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e Termo de Contrato.

6.8.19.5 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, sendo vedado atribuir à CONTRATADA a avaliação, podendo se utilizar de informações/dados /indicadores fornecidos pela fiscalização setorial (subfiscais);

6.8.19.6 Os representantes do CONTRATANTE deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;

6.8.19.7 A fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento dos quantitativos pactuados, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual ao quantitativo efetivamente realizado, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.8.19.7.1 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e anexos;

6.8.19.8 O CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.8.19.9 Deverá o CONTRATANTE, quando do descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, solicitar a instauração de processo administrativo a fim de apurar as responsabilidades observado o disposto da Instrução Normativa nº 02/2024 (0021402989), aprovada pelo Decreto n.º 62.248/2024, que poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, conforme disposto no art. 137 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.8.19.10 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada;

6.8.19.10.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias corridos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato;

6.8.19.10.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas;

6.8.19.10.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

6.8.19.11 O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias, conforme disposto nos artigos 64 e 65 da IN 05/2017- SEGES/MP, que tratam das hipóteses de retenção da garantia e de créditos da CONTRATADA;

6.8.19.12 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da IN 05/2017- SEGES/MP, aplicável no que for pertinente à contratação;

6.8.19.13 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/equipamento inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de

conformidade com o art. 120 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.8.19.14 Será observado também, no que couber o Manual de Fiscalização de Contratos da AGU;

#### **6.8.20 Do recebimento dos serviços:**

6.8.20.1 Cabe à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, em conformidade com a Instrução Normativa nº 18/2017 - Decreto nº 29.994/2017, a análise da documentação e dos serviços prestados a fim de efetuar os recebimentos provisório e definitivo dos serviços mensalmente;

6.8.20.2 Do recebimento provisório:

6.8.20.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização administrativa/técnica do contrato que atuam nas unidades atendidas pela contratação, e enviada através de IMR ou outro documento que o valha, como forma de medição, para a gestão do contrato a qual encaminhará para a CONTRATADA efetuar suas manifestações, justificativas ou aceite.

6.8.20.2.1.1 Os dados deverão ser encaminhados à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização até o 3º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

6.8.20.2.1.2 Para emissão do recebimento provisório cabe aos fiscais técnicos realizar inspeção de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.8.20.2.1.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, os fiscais deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

6.8.20.2.1.4 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou do material/equipamento/uniforme/EPIs, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8.20.2.2 A partir do retorno da manifestação da CONTRATADA, em caso de discordância, o gestor encaminhará para análise dos fiscais ou subfiscais responsáveis e emissão da medição definitiva.

6.8.20.3 Do recebimento definitivo:

6.8.20.3.1 A partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato, através da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

6.8.20.3.1.1 O recebimento definitivo deverá ser realizado até o 15º dia do mês subsequente à prestação dos serviços, desde que cumpridos os prazos de entrega dos documentos e dados pela contratada.

6.8.20.3.1.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.8.20.3.1.3 Encaminhar a medição definitivamente para a CONTRATADA e comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com apresentação das glosas, se houver, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.8.20.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

6.8.20.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CAF, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.8.20.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN 05/2017 - SEGES/MP, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.8.20.6.1 Não produziu os resultados acordados.

6.8.20.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

6.8.20.6.3 Deixou de utilizar os materiais/equipamentos/uniformes/EPIs e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **6.10. Das sanções**

6.10.1. As sanções cabíveis ao contrato são as dispostas na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, além das sanções dispostas no documento **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR 26196199** que instrui o presente processo.

#### **6.11. Demais Condições**

6.11.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do Contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB), assim como se houver indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.11.1.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.11.1.2 A contratante poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 As medições se darão pelo serviço prestado, carga horária e qualidade do serviço conforme Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

7.2 Na medição dos serviços prestados, as adequações de pagamento eventualmente originadas por descumprimento do serviço, não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.

7.3 As medições considerarão o serviço prestado do primeiro ao último dia de cada mês.

7.4 A apuração das medições, levará em conta o divisor de 30 (trinta) dias mensais para apurar o valor diário. Ou seja, as medições serão feitas considerando o valor mensal de cada serviço contratado e dividido por 30 (trinta), resultando no valor diário de cada unidade de serviço, independente se o mês tiver mais ou menos dias.

7.5 O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos propostos neste Termo de Referência.

7.6 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação das certidões negativas ou de regularidade municipal, estadual, federal, trabalhista e Seguridade Social (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.7 Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto no item 6.8.20 e subitens deste Termo de Referência., o CONTRATANTE, de posse da nota fiscal, deve instruir o processo conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta SEI nº 31/2018 da Secretaria de Administração e Planejamento e da Secretaria da Fazenda (2072467), aprovada pelo Decreto Municipal nº. 32.227/2018, de 06 de julho de 2018, afim de encaminhar o documento fiscal à Secretaria da Fazenda, para liquidação e pagamento.

7.8 Da Medição do Contrato

7.8.1 Medição do Contrato Inicial:

7.8.1.1 As medições iniciais que serão efetuadas até o pleno funcionamento dos serviços previstos no item 5, e serão feitas após comunicação da CONTRATADA quanto aos serviços em funcionamento nas unidades. A medição se dará proporcionalmente por unidade em pleno funcionamento, respeitando a divisão de 30 dias por mês;

7.8.2 Medição do Contrato em pleno funcionamento:

7.8.2.1 O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) visa estabelecer os critérios objetivos de medição dos serviços e pagamento;

7.8.2.2 O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas;

7.8.2.2.1 O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do IMR, anexo indissociável deste Termo de Referência e Termo de Contrato;

7.8.2.3 O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelas unidades abrangidas na presente contratação, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes no IMR, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados;

7.8.2.3.1 A pontuação máxima será de 100 pontos;

7.8.2.3.2 Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir no mínimo 50 pontos;

7.8.2.3.3 O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação;

7.8.2.4 As medições considerarão o serviço prestado do primeiro ao último dia de cada mês;

7.8.2.5 A apuração das medições, levará em conta o divisor de 30 dias mensais para apurar o valor diário. Ou seja, as medições serão feitas considerando o valor mensal de cada serviço de vigilância contratado e dividido por 30, resultando no valor diário de cada unidade de serviço, independente se o mês tiver mais ou menos dias;

7.8.2.6 A fiscalização das vistorias dos atendentes de alarme, será feita pelo relatório de aferição das rondas, de modo a verificar por amostragem no mínimo 10% das unidades mensais, podendo as mesmas unidades serem repetidas em amostragens seguintes. A amostragem, não exige a CONTRATADA de outras formas de fiscalização que a CONTRATANTE venha a dispor para as medições de serviços;

7.8.3 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA;

7.8.3.1 O descumprimento reiterado das metas estabelecidas poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital, Termo de Referência e Contrato, a rescisão contratual, garantida a ampla defesa e contraditório;

7.8.3.2 A medição dos serviços contratados ficará a cargo da Comissão Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, subsidiada pelos sub-fiscais designados, e em nenhuma hipótese, deverá ser realizada pela CONTRATADA;

7.8.3.3 A CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para correspondência via e-mail das irregularidades observadas. Este item não se confunde com o sistema web de abertura de chamados previsto no item 1.4.4.1;

7.8.3.4 Todas as ocorrências apontadas, serão encaminhadas pela Comissão Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, via formal ou via correspondência eletrônica, à empresa CONTRATADA que deverá confirmar o recebimento e responder no prazo estipulado;

### **7.9. Níveis Mínimos de Serviço**

7.9.1 Para a execução da presente contratação será utilizado como critério de aferição dos resultados os Níveis Mínimos de Serviço.

7.9.2 Os Níveis Mínimos de Serviços se constituem em critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar a prestação de serviço.

7.9.3 Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e características dos serviços a serem contratados, para os quais serão estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

7.9.4 A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

7.9.4.1 Períodos de interrupção previamente acordados.

7.9.4.2 Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia elétrica).

7.9.4.3 Motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

7.9.5 Os indicadores que serão considerados para a prestação do serviço, deverão estar de acordo com a Tabela de Indicadores de Nível de Serviço, abaixo, sendo que o Nível Mínimo de Serviço é de 95,0% para cada mês civil e para todos os itens, conforme indicado:

<b>Indicador de Nível de Serviço</b>	<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<b>Nível de Problema</b>	<b>Meta a Cumprir</b>	<b>Frequência de Medição</b>
Problemas resolvidos no prazo	% de problemas resolvidos no prazo em relação ao total de problemas resolvidos por nível, considerando o registro no sistema de chamados da CONTRATADA	Severidade Crítica	95%	Mensal
		Severidade Alta	95%	Mensal
		Severidade Normal	95%	Mensal
		Severidade Baixa	95%	Mensal

7.9.6 Para atendimento dos Níveis Mínimos de Serviços, a empresa a ser CONTRATADA deverá respeitar os prazos e metas descritos abaixo.

7.9.7 O prazo máximo para atendimento presencial ou remoto e solução, após a abertura do chamado técnico, será de:

<b>Nível</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo</b>
P1- Severidade Crítica	Conforme descrito no item 1.6.3.1	4 horas
P2- Severidade Alta	Conforme descrito no item 1.6.3.2	12 horas

7.9.8 A contagem do tempo para o atendimento inicia-se a partir da hora de abertura do chamado, levando em consideração a Tabela de Nível Mínimo de Serviço, vinculada ao item 7.9.7.

7.9.9 O descumprimento dos requisitos de atendimento discriminado acima será considerado penalidade, sujeita à advertência e sanções previstas no presente Termo de Referência.

7.9.10 Na ocorrência de não cumprimento da Meta estabelecida por item, a penalidade atribuída será de até 1% (um por cento) do valor da fatura do mês anterior às ocorrências.

7.9.11 A aplicação das sanções discriminadas no item 7.9.9 e 7.9.10 só poderão ser aplicadas após o devido processo administrativo, no qual esteja garantido o contraditório e a ampla defesa, nos moldes de Instrução Normativa específica.

7.9.12 A CONTRATADA será eximida da aplicação das sanções administrativas para os respectivos chamados em que sejam descumpridos os prazos de solução, desde que as interrupções nos serviços de telefonia tenham sido provocados por problemas de conexões de dados advindos da Rede Metropolitana de Fibra Óptica do Município, conforme previsto no item 1.11.14.

7.9.13 Todas as soluções providas, inclusive as soluções de contorno, são de responsabilidade da CONTRATADA e sem ônus para a CONTRATANTE.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

## **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.1.2. A proponente deverá apresentar:

8.1.2.1. Garantia de execução contratual (nos moldes do art. 96 e ss. da Lei nº 14.133/2021) no importe de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, sob pena de desclassificação da proposta, conforme previsto no art.59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **8.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:**

8.2.1. Deverá ser previsto para todos os contratados a serem alocados, independente do turno, na Planilha de Custos e Formação de Preços, sob pena de não aceitação da proposta, valor correspondente ao intervalo intra-jornada;

8.2.2. O cálculo dos salários da vigilância humana (vigilante e supervisor) e dos postos de monitoramento eletrônico (Operador de Monitoramento e Atendente de Alarme) da CONTRATADA deverá basear-se na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria vigente;

8.2.3. Para estimativa dos preços constantes neste Memorial Descritivo foi utilizado o seguinte Acordo Coletivo, pois compreende a categoria profissional exigida e é válida para o Município de Joinville/SC:

8.2.3.1. Para os Postos de Vigilante e Supervisor: Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026- Sind. das Empr. de Seg. Privada do Est. SC. - Número de registro no MTE: SC000250/2025;

8.2.3.2. Para os Postos de Operador de Monitoramento e Atendente de alarme: Convenção Coletiva de Trabalho SC000167/2025- Sind. das Empr. de Serv. nas Áreas de Inst., e Monitoramento em Alarmes, Imagem e rastream. Veic. e Patrimon. no Est. de SC. - Número de registro no MTE: SC000250/2025;

8.2.4. Conforme Acórdão 1.595/2006 - Plenário TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA;

8.2.5. A CONTRATADA deverá determinar o quantitativo da mão de obra a ser empregada, observando o atendimento da demanda do serviço descrito neste Termo de Referência;

## **8.3. Regime de execução**

8.3.1. A execução da presente contratação será pelo regime de empreitada por preço unitário.

## **8.4. Exigências de habilitação**

8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.4.2. Qualificação Econômico-Financeira**

8.4.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:

8.4.2.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.4.2.2.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; (Anexo VII A da IN 05/2017, item 11.1 "b")

8.4.2.2.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 11.1 "c")

8.4.2.2.3 Declaração do proponente, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante na IN 05/2017, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrito no subitem 8.2.1.1.3, observados os seguintes requisitos: (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 11.1 "d")

8.4.2.2.3.1 - Declaração prevista na subitem 8.4.2.2.3 deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social

8.4.2.2.4 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.4.2.2.5 Demais documentos conforme regrado na IN 05/2017.

### **8.4.3 Qualificação Técnica**

8.4.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados. (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 10.6 "b"). Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do(s) serviços e quantidade;

- O atestado aqui exigido deverá compreender além do prazo estabelecido, no mínimo, os seguintes quantitativos: 207 postos de trabalho, correspondente a 50% das quantidades totais. (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 10.3 "a")
- É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos. (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 10.6.1)
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 10.8)
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 10.9)
- O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do(s) proponente(s);
- O(s) proponente(s) disponibilizará(ão) todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4.3.2 - A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

8.4.3.2.1 - Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: serviço de videomonitoramento.

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.4.3.2.2 - Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o serviço de videomonitoramento, que corresponda a 20% (vinte por cento) do total a ser executado, ou seja: 1536 câmeras de videomonitoramento.

a) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

8.4.3.3 Declaração do proponente autorizando expressamente a abertura da conta vinculada, caso seja vencedor do certame. (IN 05/2017, art.18, inciso I)

8.4.3.4 Declaração de que o proponente possui ou instalará escritório no Município de Joinville/SC, no prazo fixado no subitem 6.7.1.36 deste Termo de Referência.

8.4.3.5 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, realizando vistoria no local e assinando o Termo de Visita Técnica.

8.4.3.5.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.4.3.6 Registro ou inscrição da Pessoa Jurídica no conselho profissional competente, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

8.4.3.6.1 No caso de a empresa licitante não ser registrada no CREA de Santa Catarina (CREA-SC), circunscrição onde os serviços serão prestados, deverá ser providenciado o visto do CREA-SC, por ocasião da assinatura do contrato.

8.4.3.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4.3.8. Alvará de Autorização de Funcionamento expedido pelo Órgão Competente do Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), demais legislação vigentes ou que venham a lhe suceder, mediante apresentação de cópia do Diário Oficial da União, com validade em vigor;

8.4.3.9 Certidão de Regularidade expedida pelo Órgão Competente da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 89.056 de 24/11/83 e Lei nº 7.102 de 20/06/83, demais legislação vigente ou que venham a lhe suceder;

## **8.5 Da participação de consórcio**

8.5.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 94.028.548,20 (Noventa e quatro milhões, vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), para 12 (doze) meses. conforme os documentos que instruem o presente processo de contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autoservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Coelho Zacher, Servidor(a) Público(a)**, em 19/11/2025, às 16:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Isaias Stremel de Almeida, Gerente**, em 19/11/2025, às 16:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea da Silva de Macedo, Coordenador(a)**, em 19/11/2025, às 16:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a)**, em 19/11/2025, às 16:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 19/11/2025, às 16:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **William Escher, Secretário (a)**, em 19/11/2025, às 16:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Teresinha Dziedicz, Gerente**, em 19/11/2025, às 16:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Backes, Diretor (a) Executivo (a)**, em 19/11/2025, às 17:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 24/11/2025, às 09:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aparecida Gregorio F Cavalcante, Secretário (a)**, em 25/11/2025, às 09:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27515025** e o código CRC **7E3FCA33**.

